

> SETAS - 000100 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO DEPUTADO DR. MICHEL - PP

Isso vem causando prejuízos incalculáveis aos nossos cidadãos de boa fé. Prejuízo esse que poderia ter sido sanado se tiver nos termos da condição da intermediação a ação de um profissional corretor de imóveis devidamente habilitados. Tal condição servirá de segurança para quem compra e para quem vende.

Vemos também que são inúmeras as demandas judiciais por diversos motivos de transação que não observam os direitos das partes e nem legislação pertinente, o que poderia ser plenamente resolvido com a participação na transação de um profissional habilitado, que atuará com responsabilidade e nos limites da lei, orientando as partes e respondendo civil e criminalmente pelos atos irregulares que porventura que praticar que seja por dolo ou culpa.

O escopo dessa indicação é de romper com a burocracia dos processos nos cartórios registrais do Distrito Federal, já que uma transação que envolva bens e direitos assim como transferência ou substituição dos que entender necessários a transição e a continuidade dessa mesma prestação de serviço quando realizada por profissionais habilitados permitirá que os serviços inerentes sejam prestados com eficiência, confiabilidade e rapidez.

Sala das sessões de setembro de 2014

Deputado DR. MICHEL- PP



> SETAS - 000101 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



IND 20743 /2014

INDICAÇÃO

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

02 09 14

Sugere a Polícia Militar do Distrito Federal, por intermédio do Batalhão Escolar, a intensificação do policiamento ostensivo no Centro de Ensino Fundamental 427, localizado na Região Administrativa de Samambaia – RA XII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir a Polícia Militar do Distrito Federal, por intermédio do Batalhão Escolar, a intensificação do policiamento ostensivo no Centro de Ensino Fundamental 427, localizado na Região Administrativa de Samambaia – RA XII.

JUSTIFICAÇÃO

Os estudantes e demais frequentadores do Centro de Ensino Fundamental 427, localizado na QN 427 de Samambaia, sofrem com a violência naquela unidade de ensino.

Os pais e alunos relatam que para entrarem no colégio precisam pedir permissão aos bandidos e que a polícia não aparece por lá. Informam, ainda, que o ataque de criminosos a caminho do colégio é rotineiro e que nas mochilas de vários estudantes armas dividem espaço com os livros, assombrando toda comunidade escolar.

Como a missão do Batalhão Escolar é executar o policiamento ostensivo nos estabelecimentos de ensino, nada mais do que justo o atendimento do presente pleito, ação que acabará com as situações de insegurança e proporcionará tranquilidade e bem estar à comunidade.

Sala das Sessões, em

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

emm.

ASSISTÊNCIA DE PLENÁRIO 02Set2014 10:25

Eduy 12894



> SETAS - 000102 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

**INDICAÇÃO** IND 20744 /2014

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

LIT 0
02 09 14
M
FUNDADORIA DE PUE-ARIO

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a intensificação das rondas ostensivas realizadas pela Polícia Militar no Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a intensificação das rondas ostensivas realizadas pela Polícia Militar no Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo.

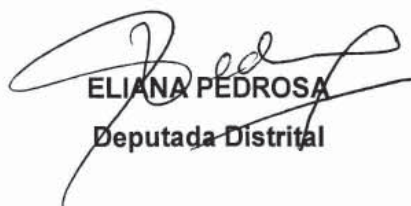
JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos frequentadores do Parque, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à segurança e lazer.

A falta de policiamento nas proximidades e no interior do Parque faz com que os usuários convivam diariamente com atos ilícitos, ficando a mercê da própria sorte e expostos a diferentes formas de agressão e vandalismo.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

emm.

ASSISTENTE DE PUE-ARIO 02/09/2014 10:25

1601
Eduy 12/09/14



> SETAS - 000103 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

INDICAÇÃO

IND 20745 /2014

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

02 09 14
Associação da Criança

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a implantação de Posto Policial em Nova Colina, localizada na Região Administrativa de Sobradinho – RA V.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a implantação de Posto Policial em Nova Colina, localizada na Região Administrativa de Sobradinho – RA V.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação dos moradores e frequentadores da Nova Colina, que lutam por melhorias naquela localidade, principalmente no que se refere a segurança.

A população sofre com graves problemas no que diz respeito à segurança pública. O morador convive diariamente com atos ilícitos, ficando a mercê da própria sorte e exposto as mais diferentes formas de agressões.

Por se tratar de pleito, que visa à melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, solicito o apoio dos meus ilustres pares para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em


ELIANA PEDROSA**Deputada Distrital**

emm.

ASSOCIAÇÃO DE PLENÁRIO 02/09/2014 10:25

Ely 12694



> SETAS - 000104 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa**INDICAÇÃO** IND 20746 /2014

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

02 09 14
M
Poder Executivo do Distrito Federal

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a implantação de creche comunitária em Nova Colina, localizada na Região Administrativa de Sobradinho – RA V.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, a implantação de creche comunitária em Nova Colina, localizada na Região Administrativa de Sobradinho – RA V.

JUSTIFICAÇÃO

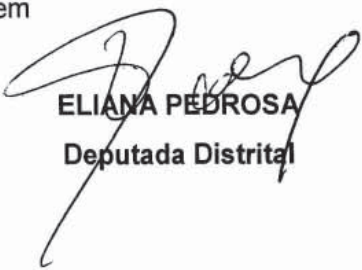
Trata-se de região que concentra um grande número de crianças em idade pré-escolar, cujas mães necessitam de um local adequado para deixá-las com tranquilidade no horário de trabalho.

A matéria encontra respaldo na Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 223, que estabelece:

"Art. 223. O Distrito Federal garantirá atendimento, em creches e pré-escolas a crianças de zero a seis anos de idade, na forma da lei".

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

emm.

ASSISTENTE DE PLENÁRIO 02/09/2014 10:25

Edy 1266



> SETAS - 000105 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

INDICAÇÃO IND 20747/2014

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

L 1100
02.09.14
M

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Pública, que o programa de estágios do GDF ofereça mais vagas para os alunos do curso de graduação tecnólogo em agroecologia de forma a atender a demanda do curso.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Pública, que o programa de estágios do GDF ofereça mais vagas para os alunos do curso de graduação tecnólogo em agroecologia de forma a atender a demanda do curso.

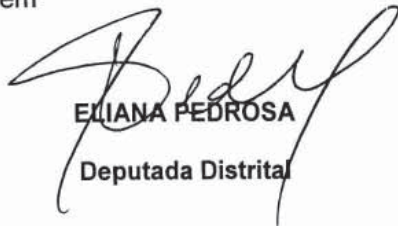
JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação dos alunos do Instituto Federal de Brasília que cursam no campus de Planaltina a graduação de tecnólogo em agroecologia.

Estes estudantes alegam que o número de vagas ofertadas para o curso de tecnólogo em agroecologia é ínfimo e restrito a Emater, enquanto que outros órgãos ou entidades do Poder Executivo poderiam ampliar o número de vagas, tais como a Secretaria de Meio de Ambiente e Recursos Hídricos, Novacap, Secretaria de Educação e unidade responsável pela administração de parques.

Por se tratar de justo pleito, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em


ELIANA PEDROSA

Deputada Distrital

edn

ASSISTÊNCIA DE P. LEGISLATIVO 02Set2014 10:24

Ely 12674



> SETAS - 000106 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada

ia

INDICAÇÃO IND 20748 /2014**(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)**02 09 14
M

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras, a construção de praça de esportes na Nova Colina, localizada na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras, a construção de praça de esportes na Nova Colina, localizada na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação de moradores e frequentadores de Nova Colina, que lutam por melhorias naquela região, principalmente no que se refere a esporte e lazer.

Nova Colina é uma localidade com grande concentração de crianças e jovens que se ressentem da falta de espaços públicos adequados para prática de esportes e atividades físicas.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em

ELIANA PEDROSA
Deputada DistritalASSISTENTE DE PLENÁRIO 02/09/2014 10:24
Ely 12694

emm.



> SETAS - 000107 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Distrital Wellington - PMDB

MOÇÃO Nº **MOÇ 650 /2014**
(Do Sr. Deputado Wellington Luiz)

02.09.14
Assinatura do Deputado

Parabeniza os Servidores de Trânsito pelos
relevantes serviços prestados a Comunidade
do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu
Regimento Interno, apresenta moção de louvor às pessoas relacionadas em anexo,
pelos serviços prestados a comunidade do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo apresentar Moção de louvor às
pessoas relacionadas no documento em anexo, que têm desenvolvido um excelente
trabalho, junto à sociedade no âmbito da educação e prevenção de acidentes no
trânsito no Distrito Federal.

Pela relevância da matéria, conclamo os nobres Deputados no sentido de
aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2014


Wellington Luiz
Deputado Distrital
PMDB

ASSINATURA DE GUARD 29/09/2014 16:41



> SETAS - 000108 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Distrital *Wellington* - *PMDB*

MOÇÕES DE LOUVOR – SERVIDORES DE TRÂNSITO

Ana Maria de Souza Martins
Antônio Randolpho
Baltasar Pereira
Carlos Alberto de Castro Lima
Conceição de Maria Reis dos Santos
Darilene Rufina Lopes
Dioney Pereira da Silva
Gilson Rodrigues de Carvalho
Giovani do Vale Cândido
Givanildo Gomes Oliveira
Ildefonso Freitas da Silva
Joel Rodrigues
José Balduino de Aguiar
José Maria Pedroso
Késia dos Santos Silva
Luís Antônio de A. Oliveira
Márcia Pereira dos Santos
Marcos Vinícius T. de Oliveira
Maria Rosa da Silva
Miguel Sales de Aguiar
Neide Sales de Oliveira
Nelson Pereira da Silva
Paulo Rodrigues dos Santos
Rita de Cássia Pereira Pio Fernandes
Romilce Alves de O. Camargo



> SETAS - 000109 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

**REQUERIMENTO** RQ 3375 /2014
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)02 09 14
ASSOCIACAO DE JOVENS EMPRESARIOS**Requer o encaminhamento de solicitação de informação à Secretaria de Estado de Publicidade Institucional.****Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada à Secretaria de Estado de Publicidade Institucional as seguintes informações e cópia de documentos:

- 1) Detalhamento de todos os valores pagos, pela Secretaria de Publicidade Institucional ou empresas contratadas, de 2011 a 2014, à Associação de Jovens Empresários - AJE a título de publicidade institucional.
- 2) Solicito cópia de todos os Pedidos de Inserção – PIs, de 2011 a 2014, destinados ao pagamento da Associação de Jovens Empresários, seja pela Secretaria de Publicidade Institucional ou por intermédio de outras empresas contratadas.

JUSTIFICAÇÃO

No exercício do mandato parlamentar compete aos Deputados Distritais exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações, autarquias e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de conhecimento de detalhes de valores pagos como publicidade institucional.

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Publicidade Institucional forneça as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

emm

ASSOCIACAO DE JOVENS EMPRESARIOS 02Set2014 10:25

Ely 12/9/14

> SETAB - 000110 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO

Nº 727/2014 – GAB/SEPLAN

Brasília, 29 de agosto de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência para submeter à elevada apreciação dessa Casa a segunda etapa da Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, relativo ao exercício de 2013, em atendimento ao que determina o inciso II do artigo 8º da Lei nº 4.742, de 29/12/2011, alterada pelas Leis nº 5.023/2013 de 04/02/2013 e 5.285/2013 de 27/12/2013, que dispõem sobre o Plano.

Atenciosamente,

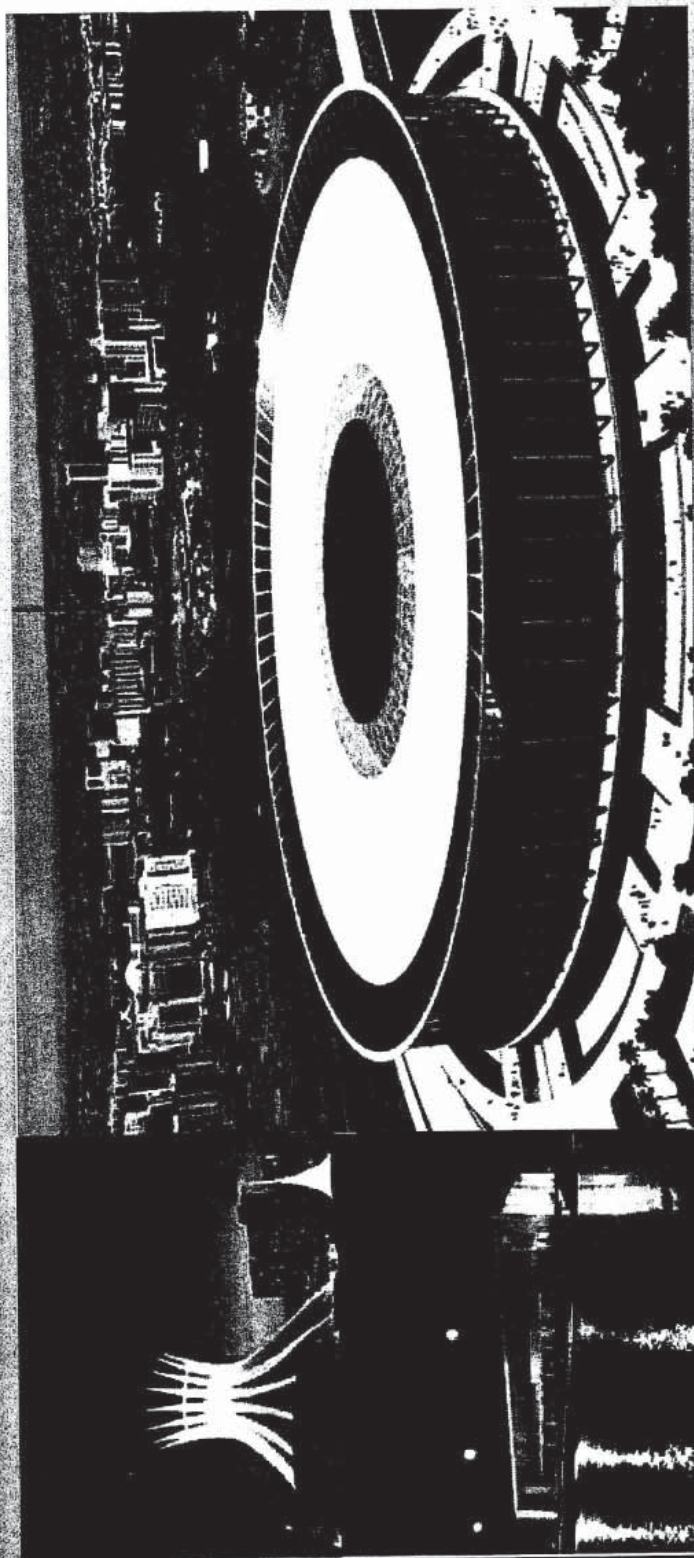
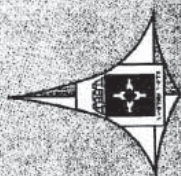


PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA
Secretário

A Sua Excelência o Senhor
WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

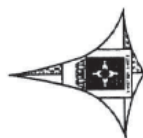
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO 29/08/2014 18:13 12071

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**



AValiação DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

- 2013 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Exercício 2013

- 2013 -



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Nelson Tadeu Filippelli

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Paulo Antenor de Oliveira

SECRETÁRIO – ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

João Goes Martins Filho

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

José Agmar de Souza

- 2013 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Equipe Técnica

Adriane Freitas de Oliveira Cotias e Silva

Ana Carolina da Silva Ramos

Emilson Ferreira Fonseca

E'len de Oliveira

Eudóxia Maria Machado da Silva Andrade

Erinaldo da Silva Léla

Hércules Bonifácio Ferreira Filho

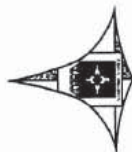
Joseilda Mendes de Mello

Juvenita de Fátima Pereira Simas

Manoel Izídio da Silva Neto

Maria Auxiliadora Fernandes

- 2013 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

ÓRGÃOS E ENTIDADES DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO
DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF	
Deputado Wasny de Rouse	
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF	
Inácio Magalhães Filho	
SECRETARIA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DO DF - CACI	
Swedenberger do Nascimento Barbosa	
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER - SEMDF	
Valesca Rodrigues Leão	
SECRETARIA DE ESTADO DO ENTORNO - SEE	
Henrique José Pinto	
SECRETARIA DE ESTADO ESPECIAL DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO DF - SEPIR	
Veridiano Custódio de Brito	
SECRETARIA DE ESTADO ESPECIAL DO IDOSO DO DF - SEID	
Ricardo Quirino dos Santos	
VICE-GOVERNADORIA - GVG	
Nelson Tadeu Filippelli	
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG	
Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA - RA I	
Jean Carmo Barbosa	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - RA II	
Adauto de Almeida Rodrigues	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA - RA III	
Antonio Sabino de Vasconcelos Neto	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZILÂNDIA - RA IV	
José Vadson Ramos	

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V	
Márcio Ribeiro Guedes	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA - RA VI	
Wellington de Mesquita Vieira	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ - RA VII	
Caio Werth Frota Filho	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO N. BANDEIRANTE - RA VIII	
Elias Dias Carneiro	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA IX	
Aridelson Sebastião de Almeida	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA X	
Antonio Carlos de Santana Freitas	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - RA XI	
Erizaldo Cavalcanti Borges Pimentel	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA - RA XII	
Carlos Antonio da Silva Santarem	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
Erivaldo Alves Pereira	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	
Coronel Jean Rodrigues Oliveira	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV	
Leonardo Sampaio Oliveira	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA XVI	
Tadeu Roriz de Araújo	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO - RA XVII	
Artur da Cunha Nogueira	

17

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE – RA XVIII	PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PGDF
Ricardo Lustosa	Paola Aires Correa Lima
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA – RA XIX	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEAP
Zoroastro Quaresma Martins Prates	Wilmar Lacerda
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS – RA XX	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR DO DF - INAS
Denilson Bento da Costa	Alberto Felippi Barbosa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II – RA XXI	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF - IPREV
Aline Barroso Lins	Edevaldo Fernandes da Silva
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL – RA XXII	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI
Rubem Nestor Bender	Lúcio Taveira Valadao
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO – RA XXIII	CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA
Francisco Carlos de Sá Freitas	Wilder da Silva Santos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY – RA XXIV	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER
Elilana Rodrigues dos Santos Santana	Marcelo Botton Piccin
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO – RA XXV	SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM
Maria do Socorro Torquato Fagundes	Carlos André Duda
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II – RA XXVI	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
Salomão Gomes de Vasconcelos	Hamilton Pereira da Silva
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO – RA XXVII	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLV. SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA - SEDEST
Ronaldo Cavalcante	Oswaldo Russo de Azevedo
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ITAPOÃ – RA XXVIII	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDF
Paulo Gonzaga dos Santos	Marcelo Aguiar dos Santos Sá
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABASTECIMENTO – RA XXIX	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFDF
José Rubem Cabral Filho	Adonias dos Reis Santiago
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES – RA XXX	BANCO DE BRASÍLIA S/A – BRB
Glenio José da Silva	Paulo Roberto Evangelista de Lima
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - APDF	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE
Marcio Eduardo de Moises Aquino	Hermanno Gonçalves de Souza Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES
Paulo Penha Lima	José Bonifácio Carreira Alvim
JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - JBB	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO - FHB
Jeanitto Sebastião Gentilini Filho	Beatriz Mac Dowell Soares
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS
Gastão José de Oliveira Ramos	Gislene Regina de Sousa Capitani
AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DF - ADASA	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF - SSPDF
Vinícius Fuzelira de Sá e Benevides	Paulo Roberto Batista Oliveira
FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA - FJZB	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF
José Belarmino da Gama Filho	Cel Anderson Carlos de Castro Moura
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DF - IBRAM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF
Nilton Reis Batista Junior	Cel. Amilton Santos Esteves Junior
SECRETARIA DE ESTADO OBRAS - SODF	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF
David José de Matos	Rodrigo de Niza e Castro Fernandes Franco
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL - NOVACAP	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN
Nilson Martorelli	Romulo Augusto de Castro Felix
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP
Otton Silvério Junior	Verlúcia Moreira Cavalcante
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO - SETRAB
Rubem Fonseca Filho	Renato Andrade dos Santos
CEB - LAJEADO S.A.	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - STDF
Vital Dias Ferreira	José Walter Vazquez Filho
COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGÁS	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB
Rubem Fonseca Filho	Carlos Alberto Koch Ribeiro
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
Edgar Ketelhut Minari	Jair Tedesque
CEB GERAÇÃO S.A.	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DERDF
Rubem Fonseca Filho	Fauzi Nacfur Junior
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPAR	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF - METRÔ
Peniel Pacheco	Doremar José Barroso Hreissenmou

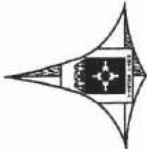
7

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - STC
Luís Otávio Rocha Neves	Mauro Almeida Noleto
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLV. URBANO - SEDHAB	DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Jane Diehl	Ricardo Batista Sousa
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP	SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL - SEOPS
Maruska Lima de Sousa Holanda	Nelson Muller da Silva Cunha
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF – CODHAB	AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS
Rafael Carlos de Oliveira	Gleiston Marcos de Paula
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN	SECRETARIA DE ESTADO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEPI
Paulo Antenor de Oliveira	Carlos André Duda
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN	SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - SECRIANCA
Júlio Miragaya	Elaine Aparecida da Cruz
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A. - SAB	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC
Paulo Francisco Gritto Garcia	Luiz Carlos Ribeiro da Silva
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE - SESPDF	SECRETARIA DE ESTADO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMP
Júlio Cesar Ribeiro	Antonio Augusto de Moraes
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECT	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DO DISTRITO FEDERAL - SEAEDF
Glauco Rojas Ivo	Joacinara Maria de Souza Costa
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Michelangelo Trigueiro	Cláudio Monteiro
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEJUS	
Amanda Gonçalves Wanderley	

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

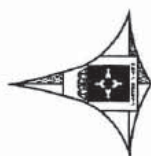


SUMÁRIO

Descrição	Página
Apresentação	11
Metodologia	13
Cenário Macroeconômico	17
Síntese da Avaliação	45
Análise dos Programas Temáticos	70
0150 - Brasília Sustentável	71
1350 - Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal – Águas do DF	79
6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	85
6202 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	117
6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	197
6204 - Atuação Legislativa	257
6205 - Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital	267
6206 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos	283
6207 - Desenvolvimento Econômico	304
6208 - Desenvolvimento Urbano	313
6209 - Energia	341

Descrição	Página
6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	352
6211 - Garantia do Direito à Assistência Social	408
6212 - Resíduos Sólidos	434
6213 - Saneamento	442
6214 - Trabalho, Emprego e Renda	452
6215 - Trânsito Seguro	466
6216 - Transporte Integrado e Mobilidade	476
6217 - Segurança Pública	511
6218 - Habitação	546
6219 - Cultura	556
6220 - Educação Superior	584
6221 - Educação Básica	601
6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania	637
6223 - Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência e Atenção à Juventude	656
6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita	676
6225 - Regularização Fundiária	689
6226 - Prevenção, Gestão do Risco e Resposta a Desastres	711
6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada	718
6228 - Transferência de Renda	732
6229 - Emancipação das Mulheres	747
6230 - Turismo	760
Tabela e Gráficos dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	774

- 2013 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Apresentação

À Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, por meio da Subsecretaria de Planejamento Governamental – SUPLAN, cabe a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração, acompanhamento da execução das ações orçamentárias e avaliação de desempenho do Plano Plurianual.

Em cumprimento ao que estabelecem os artigos 8º, 9º e 10º da Lei nº 4.742, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2012-2015, alterada pelas Leis nºs 5.023/2013, de 04/02/2013 e 5.285/2013 de 27/12/2013, a avaliação de desempenho é realizada em duas etapas distintas: a primeira até o dia 15 de abril do exercício subsequente, quando a SEPLAN encaminha à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF o demonstrativo, por programa e ação, da execução física e financeira referente ao exercício anterior dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais; e a segunda, até 31 de agosto do exercício subsequente, quando a SEPLAN encaminha àquela Casa Legislativa o presente Relatório de Avaliação do Plano Plurianual, que apresenta os resultados alcançados, em 2013, em cada Programa Temático.

Nesta etapa de Avaliação Anual do Plano, na qual são apresentados os resultados do exercício de 2013, cada Unidade Orçamentária participa do processo encaminhando à SEPLAN as informações relativas a sua respectiva área de atuação, nas quais deverão constar os índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto. A SUPLAN/SEPLAN procede à análise e consolidação das informações em relatório único.

A estrutura deste relatório permite estabelecer uma conexão entre o contexto nacional e o distrital e apresenta uma análise dos resultados das Políticas Públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal, no período de 2012 a 2013, e organizadas por meio dos Programas

Temáticos e seus atributos tendo como parâmetro inicial o Planejamento Estratégico do Governo definido por sete macrodesafios desmembrados em 51 objetivos estratégicos.

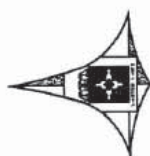
Neste relatório a SUPLAN busca organizar, de forma mais clara, a vinculação destes macrodesafios e respectivos objetivos estratégicos aos Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado correspondentes, apresentando dados financeiros e representação gráfica. A seguir, é apresentado o desempenho dos Programas Temáticos e respectivos Objetivos Específicos, com a análise do alcance das metas e apuração dos índices dos indicadores que compõem o Plano Plurianual 2012-2015. Em complementação às informações qualitativas, são apresentados também, gráficos e tabelas comparativas por Programas e ações dos valores previstos no Plano e, respectiva Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2013.

A orientação da SEPLAN aos órgãos e entidades que integram o complexo administrativo do GDF enfatizou que a Avaliação, para ser eficiente, deve ser vista pelos gestores como ferramenta essencial para o aperfeiçoamento das políticas públicas e programas no âmbito da administração e, sendo um processo de aprendizagem, deve ser sustentada pelo desenvolvimento de uma cultura de aperfeiçoamento contínuo.

Sabe-se que a cultura de avaliação e mensuração de resultados no Setor Público deve ser incentivada, e por isso, a SEPLAN vem a cada ano trabalhando para o aprimoramento dos instrumentos de planejamento.

Considerando que o planejamento deve ser dinâmico e o fato de que a própria metodologia do PPA 2012-2015 prevê a alteração durante a sua execução, este documento de avaliação contempla as alterações promovidas pelas Leis nºs 5.023, de 04/02/2013 e 5.285, de 27/12/2013 e por meio dos Decretos nºs 34.956, de 13/12/2013 e 35.097, de 23/01/2014, responsáveis pela alteração dos indicadores dos Programas Temáticos.

- 2013 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Metodologias Adotadas

1) Para o Plano

A concepção do Plano Plurianual PPA 2012-2015 seguiu um novo modelo cujo sentido foi buscar por um caráter mais estratégico para o Plano, a exemplo do que fez o Governo Federal e assim estabelecer uma nova relação com os instrumentos de ação governamental e uma nova forma de comunicação com a sociedade e com os atores envolvidos em sua implementação.

Considerando que o Plano, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indica os mecanismos para a efetivação das políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para o alcance dos objetivos pretendidos, estruturou-se este nas seguintes dimensões:

- ❖ Dimensão Estratégica, onde se encontram os Macrodesafios e respectivos Objetivos Estratégicos, por meio da qual constituíram as diretrizes baseadas no Programa de Governo e visão de longo prazo do Governo do Distrito Federal, que orientaram a formulação dos Programas do PPA 2012-2015;
- ❖ Dimensão Tática, na qual se encontram os Programas Temáticos e Objetivos Específicos, onde o Programa Temático retrata a agenda de governo organizada por meio dos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental; e os objetivos específicos expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela execução de um conjunto de ações.

❖ Dimensão Operacional, na qual se busca otimizar a aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues; relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência; é onde efetivamente as ações, orçamentárias (que demandam recursos orçamentários) ou não-orçamentárias (ações institucionais e normativas) são executadas.

Ao definir os Programas Temáticos que expressam as Políticas Públicas a serem efetivadas pelo Governo no período de 2012 a 2015 fez-se uma contextualização da área beneficiada, na qual se abordavam os seguintes aspectos:

- ▶ Uma interpretação completa e objetiva da temática tratada;
- ▶ As oportunidades e os desafios associados;
- ▶ Os contornos que a política pública deveria assumir;
- ▶ As transformações que se desejava realizar;
- ▶ Os desafios que deveriam ser considerados pelos Objetivos Específicos.

Cada Objetivo Específico apresenta uma caracterização que expressa os elementos de ordem tática que deveriam nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública por parte de seus executores, evidenciando a caracterização da realidade posta para o Objetivo (linha de base para a meta) e, neste sentido foram detalhados:

- ▶ o escopo: *o que fazer, como fazer, em qual lugar e quando fazer*; e
- ▶ informações relevantes para o Objetivo, tais como: *aspectos legais, territoriais, tecnológicos, ambientais, de gestão e de financiamento*.

Para cada Objetivo Específico definiu-se então, quais ações, orçamentárias ou não-orçamentárias, deveriam ser executadas para conduzir ao alcance do Objetivo.

Após a execução das ações previstas para o primeiro ano de vigência do Plano – 2012 realizou-se, em 2013, a primeira Avaliação de Desempenho deste. Verificada a necessidade de ajustes para que os objetivos sejam alcançados realizaram-se ainda em 2013 as revisões necessárias para um melhor desempenho do Plano nos demais exercícios de sua vigência.

2) Para a Avaliação

Conforme previsto no art. 8º da Lei do PPA, a Avaliação de Desempenho será anual e deverá conter uma avaliação dos objetivos específicos e um demonstrativo, por programa, dos índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto. A análise dos Objetivos Específicos e seus atributos tem a finalidade de identificar os resultados alcançados pelos objetivos propostos conduzindo a um entendimento claro e objetivo do desenvolvimento dos Programas Temáticos e, consequentemente, das Políticas Públicas.

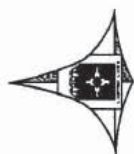
Para Avaliação do PPA 2012-2015, a metodologia adotada pela SEPLAN foi no sentido de orientar as Unidades Orçamentárias que possuem **Objetivos Específicos**, sob sua responsabilidade, que considerassem em sua análise o que foi abordado no Objetivo Específico à época da elaboração do PPA em comparação com os resultados alcançados nos exercícios de 2012 e 2013.

Em sua abordagem, a Unidade deveria então, discorrer sobre sua atuação no sentido de alcançar o Objetivo Específico proposto, relatando sucintamente as principais realizações de 2013, os fatores que contribuíram e os que dificultaram o cumprimento das metas previstas para o objetivo, a previsão de realização para 2014, os arranjos de gestão e as pactuações mais relevantes para o alcance do objetivo. Deveria ainda considerar: o conjunto de ações vinculadas (orçamentárias e não orçamentárias) e as medidas institucionais adotadas na implementação dos programas de governo; sempre que possível, fazer a identificação do público alvo beneficiado; a conexão com outras políticas públicas; os resultados da política pública (parciais ou definitivos, especialmente para as unidades responsáveis pela política); as entregas agregadas e outras informações

julgadas relevantes como, por exemplo: desenvolvimento de projetos específicos; geração de emprego; redução das desigualdades; as melhorias verificadas e outros ganhos de gestão.

No tocante aos Indicadores de Desempenho, a SUPLAN/SEPLAN encaminhou às unidades orçamentárias todos os indicadores sob sua responsabilidade com os índices previstos e respectivos índices alcançados em 2012 e 2013 orientando-as com relação aos índices alcançados pelos indicadores em 2013, no sentido de que as informações inseridas no sistema SIGGO à época da Prestação de Contas Anual do Governador não poderiam sofrer alterações, ou seja, o Sistema não seria disponibilizado pela SEPLAN para atualizações. Nos casos em que houvesse necessidade de atualização dos índices alcançados e/ou justificativas, seriam mantidas as informações iniciais e logo abaixo apresentados os indicadores cujos índices alcançados tiveram alterações e justificativas atualizadas contendo a informação: “Indicadores ajustados na Avaliação do PPA”. Tal iniciativa teve por objetivo preservar as informações prestadas no início do exercício e apresentadas na Prestação de Contas Anual do Governador, sem deixar de considerar o lapso temporal até a apresentação deste Relatório de Avaliação do PPA. Os casos em que ocorreram essas atualizações estão devidamente destacados neste documento.

- 2013 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Cenário Macroeconômico

O CONTEXTO NACIONAL

1. NÍVEL DE ATIVIDADE

No ano de 2013, o Produto Interno Bruto (PIB)¹ brasileiro cresceu 2,5%² em relação a 2012. O resultado é superior à expansão registrada em 2012 (0,9%) e inferior à registrada em 2011 (2,7%).

Em valores correntes, a soma de todas as riquezas produzidas pela economia brasileira no ano passado alcançou R\$ 4.844,815 bilhões, dos quais R\$ 4.110,378 bilhões (0,85%) se referem ao Valor Adicionado³ a preços básicos e R\$ 734,437 bilhões (0,15%) aos Impostos sobre Produtos⁴ líquidos de Subsídios.

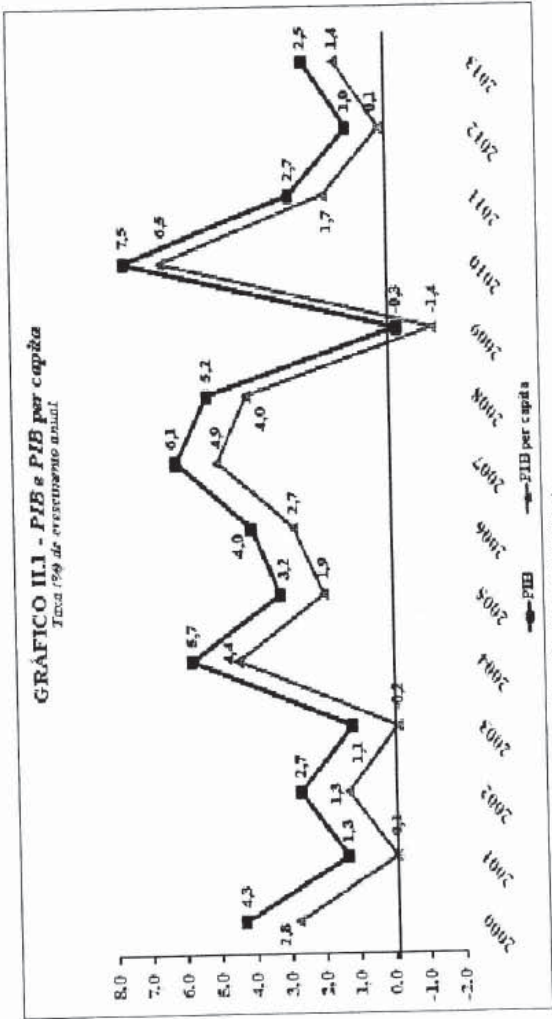
¹ **Produto Interno Bruto** – Bens e serviços produzidos no país, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas.

² **Revisão de Indicadores** – Revisões de indicadores econômicos são comuns no IBGE, uma vez que novos cálculos são feitos com a chegada de informações complementares e dados mais específicos. No caso PIB, originalmente estimado em 2,3%, a revisão também considerou a reformulação da pesquisa Produção Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) – que passou a incluir setores mais dinâmicos e de rápido crescimento.

³ **Valor adicionado** – Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

⁴ **Impostos sobre Produtos** – Impostos a pagar sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

O resultado reflete a expansão robusta do setor Agropecuário, a retomada do crescimento da Indústria e a recuperação moderada dos Investimentos. Em função dessa expansão, o PIB *per capita*⁵ alcançou R\$ 24.065 (em valores correntes), variando positivamente em 1,4% em relação ao ano de 2012, o que coloca o Brasil na lista de países de renda média. A evolução do PIB e do PIB *per capita* no período de 2000 a 2013 é apresentada no gráfico abaixo:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 234,594 bilhões (7,3%), Indústria R\$ 1.026,624 bilhões (1,7%) e Serviços R\$ 2.849,160 bilhões (2,2%).

⁵ O PIB *per capita* é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

O crescimento em volume do Valor Adicionado da Agropecuária no ano de 2013 (7,3%) foi o maior da série histórica, iniciada em 1996. Além do bom desempenho da silvicultura⁶ e exploração florestal, o comportamento de várias culturas importantes da lavoura registrou aumento na produção anual e ganhos na produtividade, com destaque para soja (24,3%), cana de açúcar (10,0%), milho (13,0) e trigo (30,4) – dados divulgados oficialmente no Levantamento Sistemático de Produção Agrícola – LSPA/IBGE.

O resultado da atividade industrial foi positivo, destacando-se o crescimento da atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (2,9%) – puxado pelo consumo residencial de energia elétrica. A Construção Civil e a Indústria de Transformação cresceram 1,6% e 2,7%, respectivamente, em relação a 2012 – já a Extrativa Mineral acumulou queda de 2,2%.

Em Serviços, os destaques positivos foram Serviços de informação (5,7%), Administração, saúde e educação pública (2,2%). A atividade de Serviços imobiliários e aluguel apresentou crescimento de 2,3%, Comércio (2,9%), Transporte, armazenagem e correio (3,1%) e Intermediação financeira e seguros (1,5%).

Deve-se ter presente que, ao longo de todo o ano de 2013, o crescimento da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentou o crescimento das vendas no comércio varejista de bens em ritmo superior ao da produção industrial.

Sob a ótica da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias⁷ totalizou R\$ 3.033,7 bilhões (2,6%). Crescimento menor que o registrado em 2012 (3,1%) devido ao cenário de moderação do crescimento da massa salarial e maior rigidez na concessão de crédito.

Na mesma direção, a Despesa de Consumo da Administração Pública⁸ atingiu R\$ 1064,5 bilhões; e a Formação Bruta de Capital Fixo R\$ 880,9 bilhões. Já a Balança de Bens e Serviços ficou deficitária em R\$ 120,3 bilhões e a Variação de Estoque⁹ foi negativa em R\$ 14,02 bilhões.

⁶ A **Silvicultura** é a ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais de uma dada região, satisfazendo as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, e aplicando técnicas estudadas para a manutenção, aproveitamento e o uso racional das florestas.

⁷ **Despesas de consumo das famílias** – Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

⁸ **Despesas de consumo das administrações públicas** – Serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

⁹ **Variação de estoques** – Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

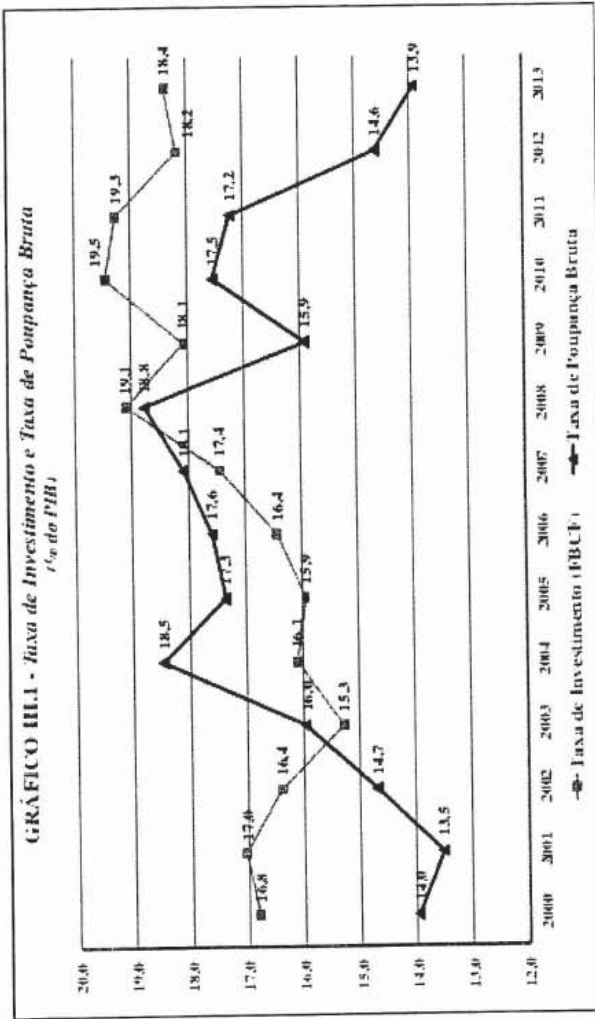
Os valores correntes de 2012 e de 2013, segundo as atividades e os componentes da demanda encontram-se na tabela abaixo.

Especificação	Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB pela ótica da despesa					Valores Correntes (R\$ Milhões)	
	2012	2013.I	2013.II	2013.III	2013.IV	2013	2013
Agropecuária	196.119	58.701	73.348	54.442	48.103	234.594	234.594
Indústria	983.395	231.329	257.710	258.578	269.006	1.026.624	1.026.624
Serviços	2.561.241	659.782	705.974	710.031	773.374	2.849.160	2.849.160
Valor Adicionado a Preços Básicos	3.740.755	949.812	1.037.032	1.033.050	1.090.483	4.110.378	4.110.378
Impostos sobre produtos	661.782	169.428	180.405	181.791	202.814	734.437	734.437
PIB (p.m)	4.402.537	1.119.240	1.217.437	1.214.841	1.293.297	4.844.815	4.844.815
Despesa de Consumo das Famílias	2.744.452	729.302	744.353	765.316	794.723	3.033.694	3.033.694
Despesa de Consumo do Governo	944.543	218.709	259.030	253.405	333.384	1.064.529	1.064.529
Formação Bruta de Capital Fixo	798.695	203.384	220.677	231.332	225.542	880.935	880.935
Exportações de Bens e Serviços	552.843	121.073	151.837	155.389	169.610	608.210	608.210
Importações de Bens e Serviços (-)	615.765	159.701	176.383	196.898	195.547	728.528	728.528
Variação de Estoque	-22.230	6.472	17.923	-3.703	-34.716	-14.024	-14.024

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, Publicação maio 2014/ Contas Trimestrais.

Registre-se, ainda, a recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo - elevando a taxa de investimento no ano de 2013 para 18,4% do PIB, resultado este superior ao verificado em 2012 (18,2%); e a taxa de poupança foi de 13,9% ante os 14,6% do ano anterior.

Os dados do investimento e da poupança como porcentagem do PIB no período de 2000 a 2013 são apresentados no gráfico abaixo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

2. RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – em 2013 foi superavitário em R\$ 77,072 bilhões frente a um superávit de R\$ 88,528 bilhões apurado em 2012, o que corresponde a uma redução de R\$ 11,456 bilhões (– 12,7%) na comparação entre os dois exercícios.

Esse resultado primário equivale a 2,01% e reflete o aumento de R\$ 9,031 bilhões no déficit da Previdência Social; de R\$ 565,7 milhões no déficit do Banco Central; e de R\$ 128,246 milhões no superávit do Tesouro Nacional.

A tabela abaixo consolida os resultados obtidos pelo Tesouro Nacional em 2013, comparando-os com 2012.

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2012/2013						
Discriminação do Resultado	Nov/2013	Dez/2013	Variação %	Jan - Dez		Variação %
				2012	2013	
I. RECEITA TOTAL	126.387,4	119.698,7	-5,3%	1.062.206,3	1.181.009,7	11,2%
Receitas do Tesouro	100.548,3	77.824,1	-22,6%	783.439,3	871.158,2	11,2%
Receitas da Previdência Social	25.674,2	41.743,4	62,6%	275.764,7	307.147,0	11,4%
Receitas do Banco Central	164,9	131,1	-33,8	3.002,3	2.794,5	-6,9%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	18.324,2	18.889,8	3,1%	181.376,8	189.986,5	4,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	108.063,2	100.808,8	-6,7%	880.829,5	991.113,2	12,5%
IV. DESPESA TOTAL	79.093,0	86.276,3	9,1%	804.700,7	914.041,2	13,6%
Despesas de Tesouro	40.758,7	46.362,9	13,7%	484.356,4	552.925,4	14,1%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	27.859,1	32.063,8	15,1%	316.589,5	357.003,1	12,8%
Despesas do Banco Central	345,5	509,3	47,4%	3.754,8	4.112,6	9,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB²	-	12.400,0	-	12.400,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III-IV-V)	-4.329,5	28.324,0	-	88.528,9	77.072,0	-12,7%
Tesouro Nacional	1.191,3	21.744,7	1.725,4%	130.106,1	128.246,3	-1,2%
Previdência Social (RGPS)	-5.381,4	6.572,8	-	-40.824,8	-49.856,1	22,1%
Banco Central ³	-139,4	6,5	-	-752,4	-1.318,1	75,2%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-	-	-	2,01%	-	-

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 118.893,3 bilhões (11,2%) em relação ao acumulado em 2012. Esse aumento é

explicado principalmente pelo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos e também:

- a) Parcelamentos de débitos instituídos pela Lei nº 12.865/2013 – R\$ 21,8 bilhões;
- b) Contrato de Concessão Petróleo e Gás - R\$ 15,0 bilhões.

O desempenho das receitas do Tesouro Nacional é apresentado na tabela abaixo:

Receitas primárias do Governo Central - Brasil - 2012/2013						
Discriminação do Resultado	Nov/13	Dez/13	Variação %	Jan - dez 2012	Jan - dez 2013	Variação %
I. RECEITA TOTAL	126.387,4	119.698,7	-5,3%	1.062.206,3	1.181.099,7	11,2%
I.1. Receitas do tesouro	100.548,3	77.824,1	-22,6%	783.439,3	871.158,2	11,2%
Receita bruta	103.782,2	81.037,3	-21,9%	802.830,6	894.678,1	11,4%
Impostos	32.756,7	44.826,9	36,8%	372.665,7	407.432,7	9,3%
IR	22.861,7	33.934,1	48,4%	264.146,0	292.809,7	10,9%
IPI	4.334,4	4.267,3	-1,5%	45.927,4	47.101,1	2,6%
Outros	5.560,6	6.625,4	19,2%	62.592,3	67.521,9	7,9%
Contribuições	27.458,4	44.477,4	62,0%	304.509,9	346.209,1	13,7%
Cofins	17.129,7	28.440,2	66,0%	174.470,0	201.526,7	15,5%
CSLL	3.919,2	28.440,2	86,4%	57.514,0	65.732,1	14,3%
Pis/Pasep	4.166,2	6.414,6	54,0%	46.217,0	51.898,6	12,3%
CIDE- Combustíveis	0,9	24,7	-	2.736,1	34,9	-97,7%
Outras	2.242,4	2.291,5	2,2%	23.567,8	27.017,0	14,6%
Demais	43.567,1	-8.267	-119,0%	125.660,0	141.036,3	12,2%
Cota parte de compensações financeiras	1.813,5	1.822,2	0,5%	34.131,2	36.450,8	2,0%
Diretamente arrecadadas	2.966,0	3.570,3	20,4%	39.433,3	43.022,2	9,1%
Concessões	15.014,8	16,2	-99,9%	2.237,1	22.072,6	888,6%
Dividendos	1.199,8	1.391,4	16,0%	28.019,0	17.141,6	-38,8%
Outras	22.573,0	-15.067	-116,7%	21.839,3	22.349,0	10,4%
(-) Restituições	-3.233,9	-3.213,1	-0,6%	-19.249,1	-23.468,3	21,9%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-142,2	-51,6	-63,7%
I.2. Receitas da Previdência Social	25.674,2	41.743,4	62,6%	275.764,7	307.147,0	11,4%
Receita da Previdência Social - Urbano	25.174,9	41.101,7	63,3%	270.001,6	300.990,9	11,5%
Receita da Previdência Social - Rural	499,3	648,8	28,5%	5.763,1	6.156,0	6,8%
I.3. Receitas do Banco Central	164,9	131,1	-20,5%	3.002,3	2.794,5	-6,9%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs. Dados sujeitos a alteração.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 8,6 bilhões (4,7%), elevando-se de R\$ 181,4 bilhões em 2012 para R\$ 190,0 bilhões em 2013.

No que se refere às despesas do Governo Central, observa-se que elas cresceram R\$ 109,07 bilhões (13,6%) em relação a 2012. Destacam-se os incrementos de R\$ 51,9 bilhões (20,7%) nas despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 40,4 bilhões (12,5%) nas despesas da Previdência Social.

A tabela a seguir consolida o resultado das despesas do Governo Central em 2013.

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2012/2013					
Discriminação do Resultado	Nov/13	Dez/13	Variação %	Valores Correntes (R\$ Milhões)	
				2012	2013
I. DESPESA TOTAL					
I.1. Despesas do Tesouro					
Pessoal e Encargos Sociais ²	79.093,0	86.276,3	9,1%	804.967,0	914.041,2
Custeio e Capital	47.924,1	49.567,2	3,4%	484.622,7	552.925,4
	18.125,8	21.406,6	18,1%	186.097,5	202.744,0
	29.675,7	28.068,9	-5,4%	296.208,3	348.069,5
Despesa do FAT	4.728,0	1.606,8	-66,0%	39.330,3	44.688,2
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	737,5	643,4	-12,8%	11.271,8	10.138,0
Benefícios Assistências (LOAS/RMV) ⁴	2.845,5	2.531,6	-11,0%	29.207,4	33.522,8
Capitalização da Petrobrás	-	1.500,0	-	-	7.868,0
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.364,7	21.787,2	2,0%	216.398,6	251.852,5
Outras Despesas de Custeio	16.655,6	16.957,3	1,8%	156.949,8	188.628,2
Outras Despesas de Capital ⁵	4.709,1	4.829,9	2,6%	59.448,8	63.224,2
Transferência do Tesouro ao Banco Central	122,7	91,8	-25,2%	2.316,9	2.112,0
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)⁶					
Benefícios da Previdência Social - Urbano	30.658,0	36.290,0	18,4%	316.589,5	357.003,1
Benefícios da Previdência Social - Rural	22.806,6	29.444,0	29,1%	245.454,2	276.648,6
I.3. Despesas do Banco Central					
	7.851,4	6.846,0	-12,8%	71.135,4	80.354,5
	510,9	419,1	-18,0%	3.754,8	4.112,6

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs. Dados Sujeitos a alteração

3. INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, indicador oficial do Governo Federal para mediação das metas inflacionárias, fechou o ano de 2013 em 5,91%, ficando 0,07 ponto percentual acima do IPCA de 5,84 registrado em 2012.

De acordo com o IBGE, órgão responsável pelo cálculo do índice, dos grupos de produtos e serviços pesquisados, o que apresentou maior elevação foi o das **Despesas com Alimentação e Bebidas**, que atingiu 8,48%, enquanto o mais baixo foi o grupo **Comunicação**, com variação de 1,50%.

A tabela a seguir apresenta o resultado de todos os grupos pesquisados.

Inflação IPCA – 2012/2013						
GRUPO	Variação (%)			Impacto (p.p)		
	2012	2013		2012	2013	
IPCA	5,84	5,91		5,84	5,91	
Alimentação e Bebidas	9,86	8,48		2,27	2,03	
Habituação	6,79	3,40		0,99	0,50	
Artigos de Residência	0,84	7,12		0,04	0,31	
Vestuário	5,79	5,38		0,39	0,36	
Transportes	0,48	3,29		0,10	0,64	
Saúde e Cuidados Pessoais	5,95	6,95		0,66	0,77	
Despesas Pessoais	10,17	8,39		1,01	0,87	
Educação	7,78	7,94		0,34	0,35	
Comunicação	0,77	1,50		0,04	0,07	

Fonte: IBGE

Os itens Despesas Pessoais e Alimentação e Bebidas em 2013 continuam sendo os que apresentaram maior pressão sobre o IPCA, com percentuais de 8,39% e 8,48% respectivamente; sendo responsáveis por 14,72% e 34,35% do índice. Entretanto, esses itens apresentaram uma pequena queda de valor em relação a 2012.

Com relação às análises regionais, Brasília apresenta o 5º maior índice em relação aos 11 Estados pesquisados. Apresentando uma taxa de 5,97% para 2013.

A tabela abaixo apresenta os resultados apurados pelo IBGE nas onze regiões pesquisadas.

Inflação IPCA – Regiões pesquisadas – 2012/2013				
REGIÃO	Peso Regional (%)	Variação Acumulada%		
		2012	2013	
Recife	5,05	6,79	6,86	
Fortaleza	3,49	6,70	6,38	
Rio de Janeiro	12,46	7,34	6,16	
São Paulo	31,68	4,72	6,09	
Brasília	3,46	5,43	5,97	
Porto Alegre	8,40	5,56	5,79	
Belo Horizonte	11,23	6,03	5,75	
Curitiba	7,79	5,73	5,67	
Goiânia	4,44	5,40	5,62	
Belém	4,65	8,31	5,33	
Salvador	7,35	6,20	5,03	
Brasil	100,00	5,84	5,91	

O CONTEXTO DISTRITAL

1. NÍVEL DE ATIVIDADE

Em recente Nota Técnica¹, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN ressalta o fato de que o desempenho da economia do Distrito Federal tem apresentado, ao longo dos anos, uma acentuada correlação com o comportamento da economia nacional, fato derivado do forte peso que o setor público tem na economia local.

Para suas estimativas e projeções, os técnicos da CODEPLAN adotam como fundamento a constatação de que, ao longo da década de 2000, a economia do Distrito Federal representou entre 3,6% e 4,1% da economia nacional, com o percentual tendendo mais para o nível superior do intervalo nos últimos anos.

¹ CODEPLAN, Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal para o Período 2012/2013 e Projeção para 2013/2014. Nota Técnica, junho de 2014.

Assim, para obtenção das participações do Distrito Federal nos agregados do Brasil de 2012, foi utilizada média de quatro anos consecutivos (2008, 2009, 2010 e 2011). A mesma regra também foi aplicada para o ano de 2013 (2009, 2010, 2011 e 2012), tendo essa participação, oscilado em torno de 4,0%.

As médias encontradas para 2012 e 2013 foram aplicadas aos valores correntes do PIB-Brasil dos respectivos anos, calculados pelo IBGE. Com isso, a CODEPLAN não só reviu sua estimativa do PIB-DF para 2012, como também aplicou o modelo teórico aos resultados das Contas Trimestrais do Brasil de 2013.

De acordo com a metodologia adotada pela CODEPLAN, os valores estimados para o PIB do Distrito Federal são: **R\$ 174,396 bilhões** para 2012; e **R\$ 193,502 bilhões** para 2013.

Ao mesmo tempo, para suprir a carência de informações atualizadas do PIB-DF, em razão da defasagem na divulgação oficial coordenada pelo IBGE, a CODEPLAN passou a divulgar o Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON-DF, com periodicidade trimestral.

Com base nos dados consolidados no IDECON-DF, calcula a CODEPLAN que em 2013 a economia do Distrito Federal cresceu 1,2% ante um crescimento de 2,5% do PIB-Brasil.

Dentre os componentes do PIB-DF, o setor serviços representa 93,2% de toda a atividade econômica distrital. Comparando-se o desempenho da economia em 2013 com os resultados alcançados em 2012, o setor serviços cresceu 1,3% no DF e 2,2% no Brasil.

O resultado do setor serviços pode ser explicado pelos resultados alcançados em Administração, Saúde e Educação Públicas (DF: 0,2%; Brasil: 2,2%); Comércio (DF: 2,5%; Brasil: 2,9%); Serviços de Informação (DF: 6,7%; Brasil: 5,7%). Por sua vez, a atividade de Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar teve fraco desempenho (DF: -0,8%; Brasil: 1,5%).

Por sua vez, a atividade industrial, que tem peso de 6,58% no PIB local, teve desempenho no Distrito Federal semelhante ao observado no cenário nacional: alta de 1,0% no DF e crescimento de 1,7% no plano nacional. Registrem-se, aqui, os desempenhos da Indústria de Transformação (DF: 6,2%; Brasil: 2,7%) e da Construção Civil (DF: -1,3%; Brasil: 1,6%).

Já o setor agropecuário teve um crescimento de 0,5% em relação a 2012, enquanto nacionalmente se observou um crescimento de -7,3%.

De acordo com o IDECON-DF, constatou-se que a produção prevista para 2013, a partir do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE), caiu para a produção anual de feijão, cujas lavouras praticaram o vazio sanitário, e cresceu para outras importantes culturas locais como o milho e tomate.

Esses resultados foram influenciados pelas boas safras de culturas como a do milho e de tomate e a redução da safra anual de feijão.

Há que se observar, porém, que o setor agropecuário, assim como a indústria, exerce pequeno impacto no desempenho global da economia distrital, pois reponde, aproximadamente, por apenas por 0,5% do PIB-DF.

A tabela abaixo apresenta a variação percentual do IDECOM-DF e PIB-Brasil ao longo de 2013, comparando-os com igual período de 2012.

Setor/Atividade Econômica	2012		2013	
	IDECON-DF	Brasil	IDECON-DF	PIB-Brasil
Agropecuária	-0,5	-2,1	0,5	7,3
Indústria	5,4	-0,8	1,0	1,7
Indústria de transformação	5,7	-2,4	6,2	2,7
Construção civil	5,0	1,4	-1,3	1,6
Demais Subvenções	6,5	-	2,1	-
Serviços	2,7	1,9	1,3	2,2
Comércio	4,6	0,9	2,5	2,9
Serviços de informação	7,5	4,2	6,7	5,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,1	0,7	0,8	1,5
Administração, saúde e educação públicas	2,9	2,3	0,2	2,2
Demais Subsetores	2,6	-	3,3	-
Indicador de Atividade Econômica Geral (Idecon/DF / PIB-Brasil)	2,9	1,0	1,2	2,5

Fontes: Codeplan e IBGE – Elaboração: Núcleo de Contas Regionais

2. RESULTADO FISCAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os dados apresentados a seguir são originários dos relatórios elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, em cumprimento ao que determina o § 4º, do art. 99, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2013, a Receita Primária do Distrito Federal (receitas realizadas, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito e as decorrentes de aplicações financeiras) atingiu o montante de **R\$ 16,381 bilhões**, enquanto a Despesa Primária (total das despesas, excluídos o pagamento de juros e as amortizações da dívida pública) chegou a **R\$ 17,570 bilhões**. Com isso, o Resultado Primário (diferença entre receita e despesa primária) foi deficitário em **R\$ 1,189 bilhões**, ficando abaixo da meta anual estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, que previa superávit de R\$ 10,99 milhões.

O déficit, porém, é parcialmente compensado quando são incluídas no cálculo todas as despesas e todas as receitas do governo (financeiras e não financeiras). Dessa forma, quando aplicado o saldo de exercícios anteriores, no valor de R\$ 949,622 milhões, tem-se um “déficit real” de R\$ 239,861 milhões.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO					EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)	
	2013	2012	2012		
RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE	687.396	730.839	730.839	(5,94)	
RESULTADO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL	(1.876.878)	(1.044.958)	(1.044.958)	(79,61)	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DÉFICIT)	(1.189.482)	(314.119)	(314.119)	(278,67)	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT)	949.622	775.567	775.567	22,44	
DÉFICIT REAL	(239.861)	461.538	461.538	(151,97)	

Fonte: SIAC/SIGGo

2.1. RECEITAS

As receitas realizadas em 2013 totalizaram R\$ 16,901 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 7,66% em relação a 2012. Representa, também, o atingimento de 82,78% das receitas previstas para o exercício de 2013.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com participação de 70,34% e 9,87%, respectivamente. A tabela abaixo apresenta o balanço orçamentário da receita.

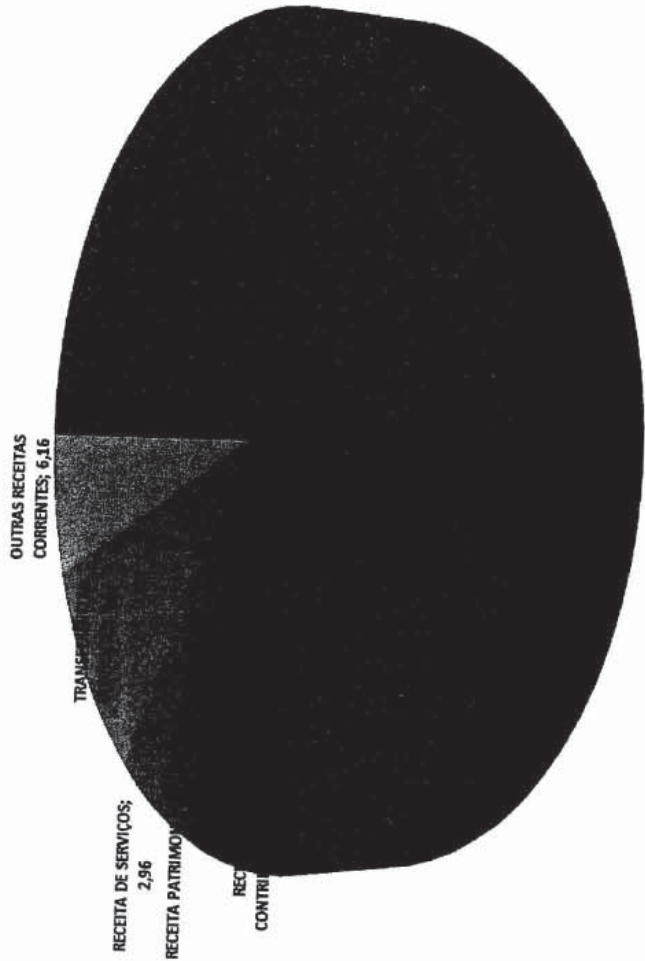
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA						Em Mil Reais
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013	RECEITAS REALIZADAS – JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)	
		2013	REALIZADA/ PREVISTA (%)	2012		
RECEITAS CORRENTES	17.775.738	16.297.336	91,68	14.744.818	10,53	
Receitas Tributárias	12.179.409	11.443.797	93,96	10.287.232	11,24	
Receitas de Contribuições	1.430.358	1.383.199	96,70	1.365.670	1,28	
Receita Patrimonial	248.191	350.622	141,27	432.945	(19,01)	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA						Em Mil Reais
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013	RECEITAS REALIZADAS – JANEIRO A DEZEMBRO			VARIACÃO NOMINAL 2013/2012 (%)	
		2013	REALIZADA/ PREVISTA (%)	2012		
Receita Agropecuária	18	13	70,77	13		1,95
Receita Industrial	7	5.664	87.060,67	4.298		31,79
Receita de Serviços	470.229	482.040	102,51	380.039		26,84
Transferências Correntes	1.729.022	1.606.388	92,91	1.551.493		3,54
Outras Receitas Correntes	1.425.457	1.002.943	70,36	720.699		39,16
Receitas Intra – Orçamentárias Correntes	293.047	25.032	8,54	6.719		272,54
Deduções da Receita	-	(2.362)	-	(4.290)		(44,94)
RECEITAS DE CAPITAL	2.641.060	604.180	22,88	954.652		(36,71)
Operações de Crédito	1.394.518	190.456	13,66	213.335		(10,72)
Alienação de Bens	26.112	8.994	34,45	13.481		(33,28)
Amortizações	59.302	60.997	102,86	18.851		223,57
Transferências de Capital	1.150.184	343.732	29,88	708.985		(51,52)
Receitas Intra-Orçamentária de Capital	10.944	-	-	-		-
TOTAL	20.416.798	16.901.516	82,78	15.699.469		7,66

Fonte: SIAC/SIGGo

As Receitas Correntes são aquelas que decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias, legais e outras. Nessa categoria, o total realizado foi de R\$ **16,297 bilhões**, o que corresponde a 91,68% do montante previsto e a um crescimento de 10,53% em relação ao mesmo período de 2012.

O gráfico abaixo demonstra a participação percentual das principais receitas correntes realizadas no ano de 2013.



Fonte: SIAC/SIGGo

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 11,443 bilhões. O resultado traduz um crescimento da arrecadação de 11,24% em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior e decorre do desempenho da economia e da ação fiscalizadora.

RECEITA TRIBUTÁRIA							Em mil Reais
RECEITAS	PREVISÃO 2013	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO					
		2013	REALIZADO (%)	2012	VARIACÃO NOMINAL		
					2013/2012 (%)		
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.179.409	11.443.797	93,96	10.287.232		11,24	
IPTU	811.672	525.284	64,72	474.722		10,65	
IRRF	2.178.333	2.165.085	99,39	1.957.896		10,58	
IPVA	645.915	598.894	92,72	554.372		8,03	
ITCD	148.115	153.145	103,40	53.009		188,90	
ITBI	317.600	329.701	103,81	276.616		19,19	
ICMS	6.368.879	5.987.377	94,01	5.494.095		8,98	
ISS	1.203.894	1.238.746	102,89	1.083.337		14,35	
IMPOSTO SIMPLES	341.721	275.986	80,76	243.915		13,15	
TAXAS	163.280	169.578	103,86	149.268		13,61	

Fonte: SIAC/SIGGo

Compostas pelas transferências constitucionais e legais efetuadas pela União, as Transferências Correntes totalizaram R\$ 1,606 bilhão em 2013, o que equivale a 9,87% das Receitas Correntes realizadas e a um aumento de 3,54 % nos ingressos dessas receitas em relação a 2012.

A tabela abaixo detalha o balanço das Transferências Correntes.

RECEITAS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					Em mil Reais	
	PREVISÃO 2013	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)		
		2013	REALIZADO (%)	2012			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.669.716	1.606.388	96,21	1.551.493	3,54		
FPE	472.325	459.882	97,37	427.618	7,55		
FPM	125.459	121.903	97,17	113.806	7,12		
SALÁRIO EDUCAÇÃO	241.755	225.444	93,25	225.831	(0,17)		
ITR	1.444	1.044	72,29	581	79,70		
IPI EXPORTAÇÃO	3.722	5.661	152,09	4.162	36,00		
LEI 87/96 - LEI KANDIR	27.779	15.790	56,84	15.794	(0,03)		
RECURSOS DO SUS	670.139	620.539	92,60	574.545	8,01		
CONVÊNIOS	90.406	86.386	95,55	103.283	(16,36)		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	36.687	69.740	190,09	85.874	(18,79)		

Fonte: SIAC/SIGGo

Merecem destaque, no que diz respeito às Transferências Correntes, os itens Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS e Fundo de Participação de Estados e Municípios – FPE.

Os repasses realizados pelo SUS atingiram o montante de R\$ 620,539 milhões (acréscimo de 8,01% em relação a 2012), enquanto os repasses do FPE totalizaram R\$ 459.882 milhões (aumento de 7,55% quando comparado ao exercício anterior).

Já as Receitas de Capital atingiram o valor de R\$ 604,18 milhões, o que corresponde a um decréscimo de 36,71% em relação ao exercício anterior. Foram realizados nessa rubrica 22,88% da previsão anual, conforme demonstra a tabela abaixo.

RECEITAS DE CAPITAL					Em mil Reais
RECEITA	PREVISÃO 2013	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)
		2013	REALIZADO (%)	2012	
RECEITAS DE CAPITAL	2.641.060	604.180	22,88	954.652	(36,71)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.394.518	190.456	21	213.335	(10,72)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.265.837	181.224	14,32	191.541	(5,39)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	128.681	9.233	7,17	21.794	(57,64)
ALIENAÇÃO DE BENS	26.112	8.994	34,45	13.481	(33,28)
AMORTIZAÇÕES	59.302	60.997	102,86	18.851	223,57
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.150.184	343.732	29,88	708.985	(51,52)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	10.944	-	-	-	-

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2. DESPESAS

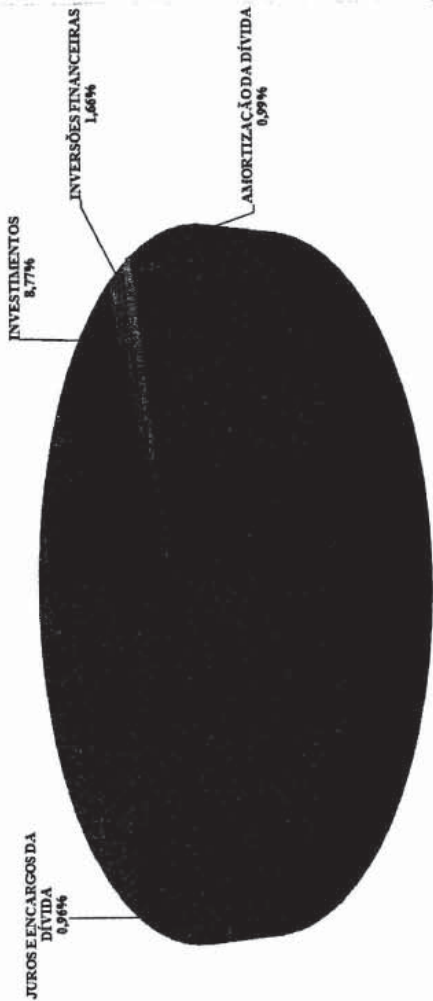
O total da Despesa Liquidada em 2013 atingiu o montante de R\$ 16,664 bilhões. Esse valor correspondente a 76,16% da dotação autorizada e representa um crescimento de 12,17% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado na tabela a seguir.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA						Em mil Reais
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA EXERCÍCIO 2013	DESPESA LIQUIDADADA - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO 2013/2012(%)	
		2013	REALIZADA (%)	2012		
DESPESAS CORRENTES	16.752.481	14.760.969	88,11	13.167.355	12,10	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.976.735	9.553.107	95,75	8.655.752	10,37	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	215.798	160.530	74,39	146.471	9,60	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.559.948	5.047.332	76,94	4.365.132	15,63	
DESPESAS DE CAPITAL	4.897.712	1.903.587	38,87	1.689.686	12,66	
INVESTIMENTOS	4.357.044	1.461.931	33,55	1.224.727	19,37	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA						Em mil Reais
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA EXERCÍCIO 2013	DESPESA LIQUIDADADA - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO 2013/2012(%)	
		2013	REALIZADA (%)	2012		
INVERSÕES FINANCEIRAS	323.243	275.996	85,38	302.690	(8,82)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	217.425	165.660	76,19	162.269	2,09	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.048	-	-	-	0,00	
TOTAL	21.880.240	16.664.556	76,16	14.857.041		12,17

Fonte: SIAC/SIGGo

O gráfico abaixo apresenta a participação dos grupos componentes da Despesa.



A categoria econômica Despesas Correntes contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas; e

Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado. No total, as despesas classificadas nessa categoria econômica atingiram o montante de R\$ 14,760 bilhões, o que corresponde a 88,11% da dotação autorizada e representa um crescimento de 12,10% em relação a 2012.

Já a categoria econômica Despesas de Capital, que registra Investimentos, Inversões Financeiras e a Amortização da Dívida, totalizou R\$ 1,903 bilhões, o que equivale a 38,87% da dotação autorizada e a um crescimento de 12,66% em relação ao exercício anterior.

2.2.1. Despesas de Pessoal e Limites

No âmbito do Poder Executivo, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas, se mantiveram dentro dos limites legais permitidos pela LRF, conforme apresentado na tabela abaixo.

DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	ÚLTIMOS 12 MESES			
	3º Q/2012		3º Q/2013	
	R\$ Mil	% sobre a RCL	R\$ Mil	% sobre a RCL
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	6.437.046	44,98%	7.117.987	45,02%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	7.013.094	49,00	7.747.834	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	6.662.439	46,55	7.360.442	46,55

Fonte: SIAC/SIGGO

2.2.2. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Em 2013, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino totalizaram R\$ 3,3 bilhões, o que representa 27,37% da Receita Líquida de impostos e transferências, ultrapassando o limite constitucional de 25%.

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção dos ensinos, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO EM MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			EM MIL REAIS
	ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	LIMITE MÍNIMO
	TOTAL DA RECEITA COMPATÍVEL EM MDE	10.977.102	12.295.337	25%
	LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE	2.744.276	3.073.834	
	DESPESAS REALIZADA EM MDE	2.890.658	3.364.937	
	% APLICADO NO MDE	26,33%	27,37%	

Fonte: SIAC/SIGGo

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em 2013 foram realizadas despesas no valor de R\$ 1,60 bilhão, R\$ 84 milhões acima da receita mínima de aplicação de R\$ 1,516 bilhão. Foi atendido com bastante folga o limite mínimo de 60% a ser aplicado com o pagamento de profissionais do magistério da educação básica, com um percentual expressivo de 103,04%.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB	EM MIL REAIS		
	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		LIMITE
	ESPECIFICAÇÃO	2012	2013
	RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB	1.369.434	1.516.034
	LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (60%)	821.661	909.620
	DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.491.795	1.600.021
	PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.424.828	1.562.140
	RESULTADO APURADO NO FUNDEB	603.167	652.520
	% APLICADO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS	104,04%	103,04%

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.3. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Em 2013, foi destinado para as despesas com saúde, o montante de R\$ 2,12 bilhão, correspondendo a um superávit de R\$ 355 milhões, ultrapassando com folga os recursos mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000, no valor de R\$ 1,4 bilhão.

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde, aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 – Saúde e na função 28 – Encargos Especiais, desde que estejam relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e que estejam alocadas no Fundo de Saúde.

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000 -				EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		VARIÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)	
	2012	2013		
I - RECEITA - BASE DE CÁLCULO ESTADUAL - B.E.	7.192.928	8.003.292	11,27%	
II - RECEITA - BASE DE CÁLCULO MUNICIPAL - B.M.	3.776.992	4.262.491	12,85%	
III - RECURSOS MÍNIMOS A APLICAR (12% DA B.E. + 15% DA B.M.)	1.429.700	1.599.769	11,90%	
IV - APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.766.194	2.121.065	20,09%	
V - SUPERÁVIT (IV - III)	336.494	521.297	54,92%	

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.4. Restos a Pagar

Ao final do ano de 2012, os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 1,805 bilhão, dos quais R\$ 125 milhões processados e R\$ 960 milhões não processados. Ao final do exercício de 2013, o valor dos Restos a Pagar liquidados totalizou R\$ 782 milhões e cancelados R\$ 303 milhões.

RESTOS A PAGAR				Valores em R\$1.000
ESPECIFICAÇÃO/PODER	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	
PROCESSADOS	125.123	6.129	118.994	
EXECUTIVO	125.030	6.129	118.901	
LEGISLATIVO	92	-	92	
NÃO PROCESSADOS	960.595	296.986	663.609	
EXECUTIVO	927.779	290.947	639.832	
LEGISLATIVO	32.815	6.039	26.776	
TOTAL	1.085.718	303.115	782.603	

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.5. Resultado Nominal

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos, ou seja, indica em quanto a dívida de um Ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício ou período de tempo.

Em 2013, o resultado nominal foi de R\$ 1,1 bilhão, indicando que houve um aumento da dívida neste montante, em relação ao exercício anterior. Tal resultado é fruto da queda da disponibilidade financeira do DF, que sofreu um decréscimo em torno de 30% em relação ao ano anterior, em função de questões operacionais da execução da despesa pública.

RESULTADO NOMINAL			EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		EVOLUÇÃO DA DÍVIDA
	31/12/2012	31/12/2013	2012 - 2013
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	4.430.824	4.613.207	
DÍVIDA CONTRATUAL:	2.731.039	2.913.422	
EM CONTRATOS INTERNA	2.395.714	2.539.884	
EM CONTRATOS EXTERNA	646.034	687.663	

RESULTADO NOMINAL			EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		EVOLUÇÃO DA DÍVIDA 2012 - 2013
	31/12/2012	31/12/2013	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	1.699.785	1.699.785	
II - DEDUÇÕES	2.997.893	2.069.240	
ATIVO DISPONÍVEL	2.357.824	1.650.448	
HAVERES FINANCEIROS	765.193	532.475	
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.124	113.683	
III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1.432.931	2.543.967	
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA			1.111.036

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.6. Dívida Pública

Ao final do ano de 2013, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 4,9 bilhões sendo R\$ 2,5 bilhões originários da dívida interna, R\$ 687 milhões da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no valor de 1,7 bilhão. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2012, verifica-se que houve um acréscimo da ordem de 3,92%.

ESTOQUE DA DÍVIDA			EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO		VARIAÇÃO NOMINAL (%)
	31/12/2012	31/12/2013	
INTERNA	2.395.714	2.539.884	6,02
EXTERNA	646.034	687.663	6,44
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	1.699.785	1.699.785	-
TOTAL	4.741.533	4.927.332	3,92

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.7. Dívida Consolidada Líquida

A tabela a seguir demonstra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Ao final de 2013 esta relação correspondeu a 16,09%, bem inferior ao limite definido pelo Senado Federal de 200%, que é duas vezes a RCL, indicando que o DF possui uma excelente capacidade de endividamento.

DÍVIDA CONSOLIDADA		31/12/2012		31/12/2013		EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO			R\$ Mil	% sobre a RCL	R\$ Mil	% sobre a RCL
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		1.432.931		10,01	2.543.967	16,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		14.312.436		-	15.811.905	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL		28.624.872		200,00	31.623.811	200,00

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.8. Operações de Crédito

A tabela a seguir, que registra o ingresso das receitas com operações de crédito, mostra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre o valor das Operações de Crédito Internas e Externas e a Receita Corrente Líquida. Ao final de 2013 esta relação correspondeu a 1,2%, bem inferior ao limite definido pelo Senado Federal, que é de 16%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	190.456	1,20%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.811.906	-
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.529.905	16,00%

Fonte: SIAC/SIGGo

2.3.FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF

Embora o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF não esteja contabilizado no resultado fiscal, é de fundamental importância registrar sua relevância para a manutenção do Distrito Federal.

Previsto pela Constituição Federal (Art. 21, XVI), o FCDF tem por finalidade prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação.

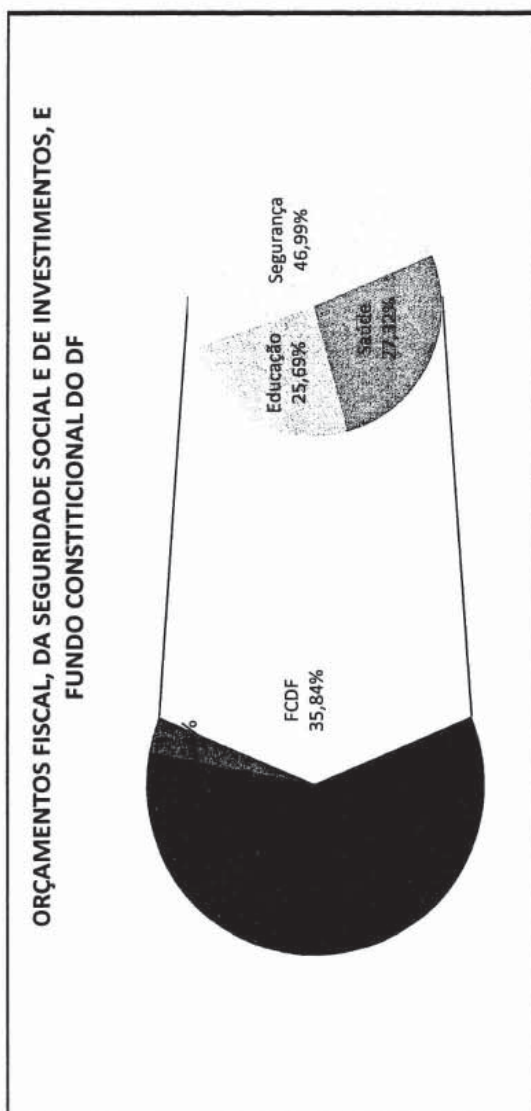
A tabela abaixo apresenta a evolução do FCDF.

Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF					
Ano	Pessoal	Custeio	Investimento	Total	Variação (%)
2006	4.834.896.409	383.125.607	39.633.436	5.257.655.452	18,18
2007	5.606.438.469	421.892.428	26.649.205	6.054.980.102	15,17
2008	6.082.314.271	481.915.007	30.920.908	6.595.150.186	8,92
2009	7.005.629.872	466.963.326	131.926.411	7.604.519.609	15,30
2010	7.035.042.086	497.844.675	152.684.563	7.685.571.324	1,07
2011	7.941.914.000	590.533.002	215.824.755	8.748.271.757	13,83
2012	8.815.524.540	781.314.801	371.047.847	9.967.887.188	13,94
2013	9.691.848.529	854.266.766	148.821.175	10.694.936.470	7,29

Fonte: SIAC/SIGGo

De natureza contábil, sua execução orçamentária e financeira é realizada diretamente pelo Governo Federal, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

O gráfico a seguir evidencia a importância do Fundo ao correlacionar a despesa realizada em 2013 com a origem dos recursos: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), Orçamento de Investimentos (OI) e Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF.



3. CONCLUSÕES

A análise dos aspectos conjunturais que marcaram o contexto macroeconômico do Distrito Federal em 2013 nos remete às seguintes conclusões:

Conquanto ainda possam sofrer ajustes até a divulgação oficial das Contas Regionais pelo IBGE, estimativa da CODEPLAN para o PIB-DF de 2013 aponta para um crescimento de 1,2% em relação ao Produto estimado para 2012, alcançando R\$ 193.502 bilhões.

Com base nos dados consolidados no IDECON-DF, calcula a CODEPLAN que a economia do Distrito Federal cresceu 1,2% ante um crescimento de 2,5% do PIB-Brasil.

Resultados de anos anteriores, confirma peculiaridade da economia distrital que, ancorada no setor serviços – e em especial no desempenho da Administração, Saúde e Educação públicas – tende a apresentar um comportamento mais estável do que o verificado no âmbito nacional.

No entanto, para 2013, o Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECOM-DF não confirma essa tendência ao apontar crescimento de 0,2% no desempenho da Administração, Saúde e Educação públicas e de 1% na Indústria. Destaque-se que, a nível nacional, esses setores registraram crescimento de 2,2% e 1,7%, respectivamente.

O resultado das contas públicas do Distrito Federal revela que a Receita Primária do Distrito Federal (receitas realizadas, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito e as decorrentes de aplicações financeiras) atingiu o montante de R\$ 16,381 bilhões, enquanto a Despesa Primária (total das despesas, excluídos o pagamento de juros e as amortizações da dívida pública) chegou a R\$ 17,570 bilhões. Com isso, o Resultado Primário (diferença entre receita e despesa primária) foi deficitário em R\$ 1,189 bilhões, ficando abaixo da meta anual estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013, que previa superávit próximo de R\$ 11 milhões.

O déficit, porém, é parcialmente compensado quando são incluídas no cálculo todas as despesas e todas as receitas do governo (financeiras e não financeiras). Dessa forma, quando aplicado o saldo de exercícios anteriores, no valor de R\$ 949,622 milhões, tem-se um “déficit real” de R\$ 239.861 milhões.

Dentre as Receitas realizadas, compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, destacam-se a Receita Tributária com uma participação de 70,34%, seguida das Transferências Correntes com 9,87% do total.

O ICMS com 5.987 milhões foi o imposto que mais arrecadou.

Dentre as Transferências Correntes destacam-se os Recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS com uma arrecadação de R\$ 620,5 milhões.

Em relação às Despesas Empenhadas, o grupo Pessoal e Encargos Sociais representou 57,3% do total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 30,3%.

As despesas com Pessoal, com o índice de 45,02% da Receita Corrente Líquida apurada de R\$ 15,8 bilhões, se mantiveram dentro dos limites legais permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 1.085 milhões (R\$ 125 milhões Processados e R\$ 960 milhões Não Processados), sendo liquidados R\$ 782 milhões e cancelados 303 milhões.

Os limites referentes à Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Os números apurados e divulgados evidenciam, portanto, o cumprimento das metas fiscais no exercício de 2013.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

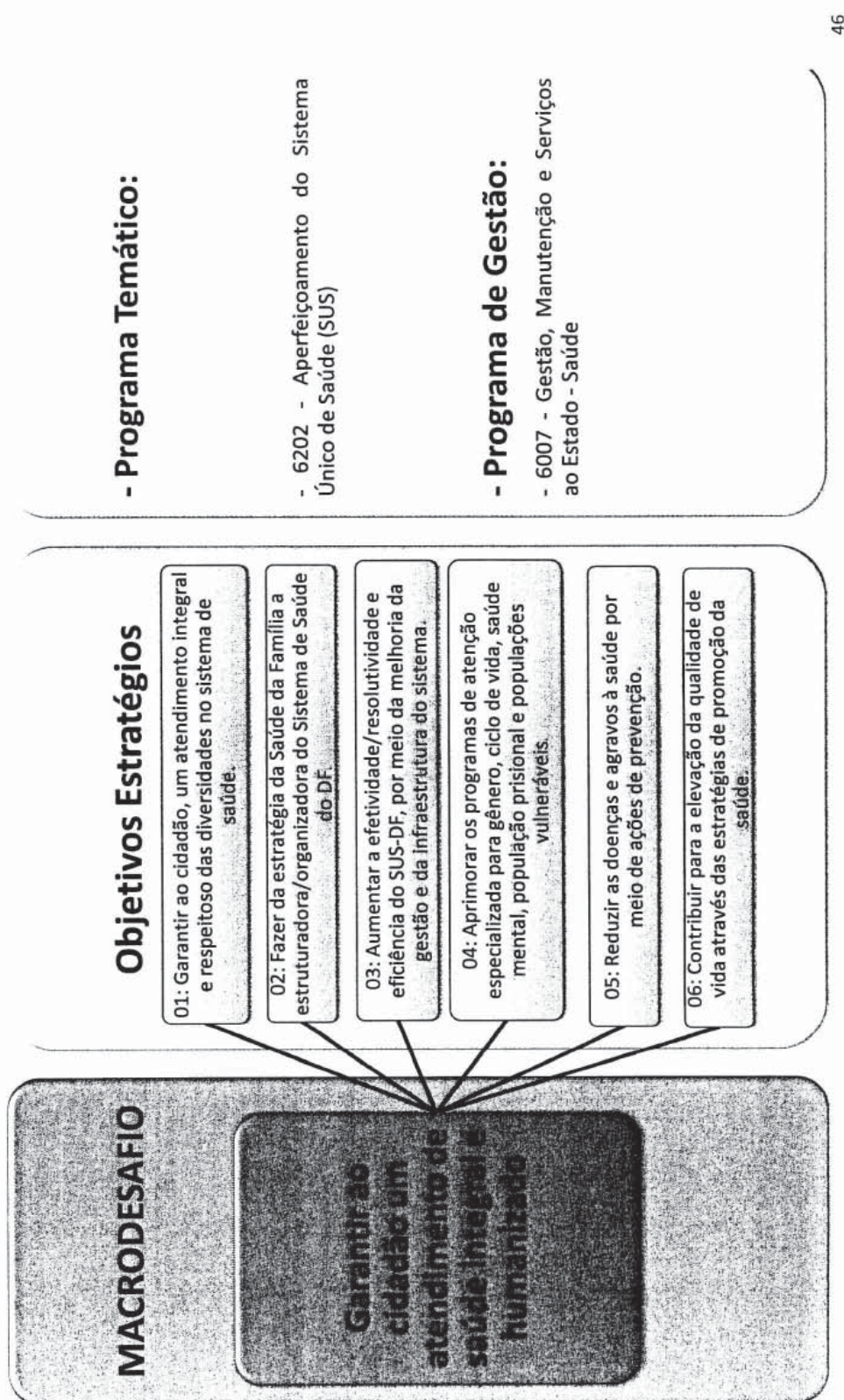
Síntese da Avaliação do PPA

Orientação Estratégica do Governo

A Orientação Estratégica do Governo está estruturada em 07 Macrodesafios e seus respectivos objetivos estratégicos, detalhados adiante.

A SEPLAN, levando em consideração as diretrizes norteadoras dos Macrodesafios e Objetivos Estratégicos, estruturou o PPA em 32 Programas Temáticos e 10 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Os Programas Temáticos com suas contextualizações refletem as políticas públicas do governo e foram detalhados em 126 objetivos específicos, cada um contendo caracterização (texto abordando a situação da política pública no momento da elaboração do PPA e as expectativas de avanço até 2015), metas e indicadores para o período de 2012 a 2015, além das ações (orçamentárias e não orçamentárias) necessárias para a produção de bens e serviços a serem ofertados à sociedade. Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado refletem a atividade administrativa que, por sua vez, dão suporte às realizações dos Programas Temáticos.

A seguir, apresentam-se os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, estruturados no Plano Plurianual 2012-2015, que contribuíram para os Macrodesafios;



MACRODESAFIO

Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza, na DE e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF, garantindo acesso universal e adequado a serviços públicos essenciais.

Objetivos Estratégicos

01: Garantir o direito à assistência social

02: Garantir o acesso à alimentação adequada às famílias em situação de pobreza

03: Fomentar a inclusão produtiva, garantindo o trabalho e renda a grupos socialmente mais vulneráveis nas áreas urbanas e rurais

04: Garantir o acesso universal à transferência de renda e à suplementação direta de renda às famílias em situação de extrema pobreza nas áreas rural e urbana

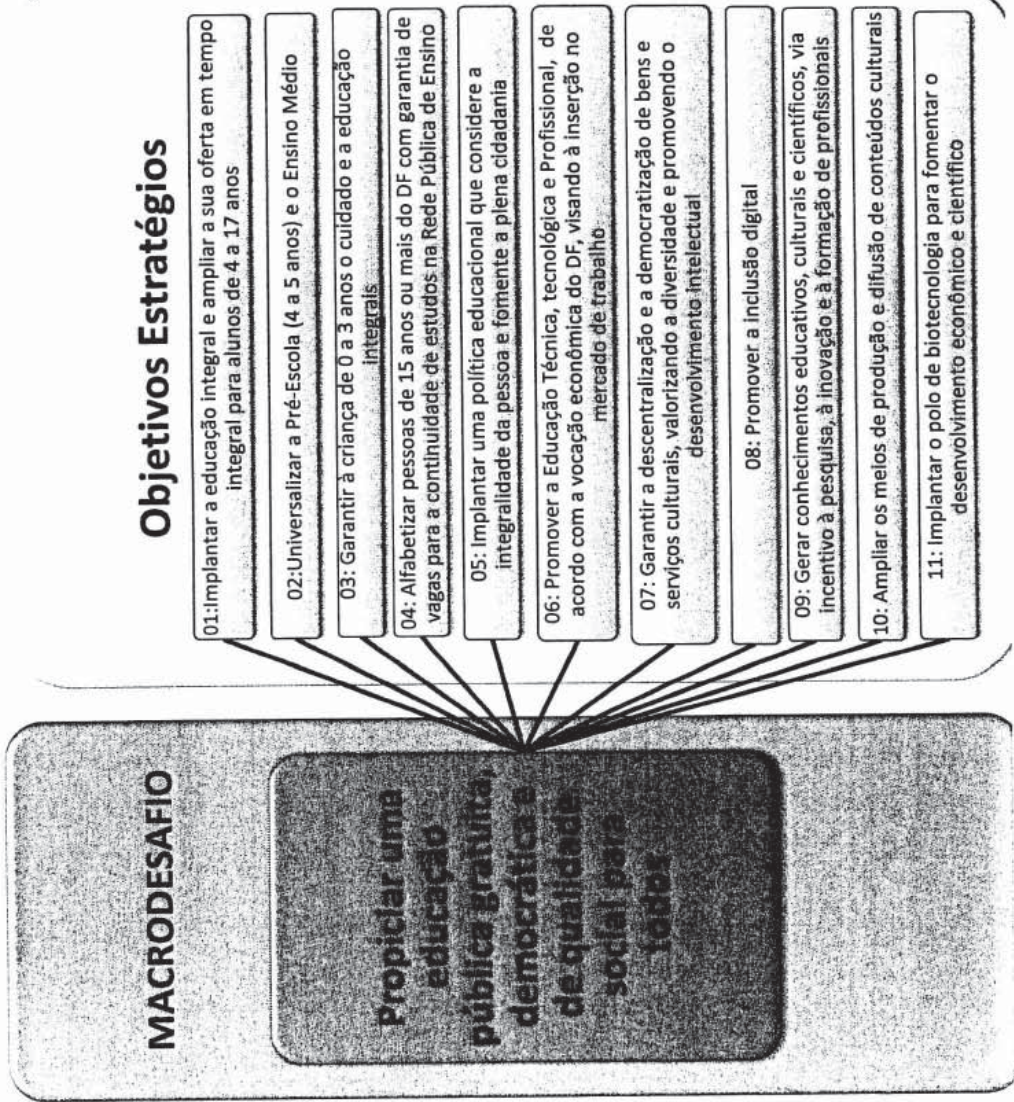
05: Garantir à população extremamente pobre acesso a serviços públicos

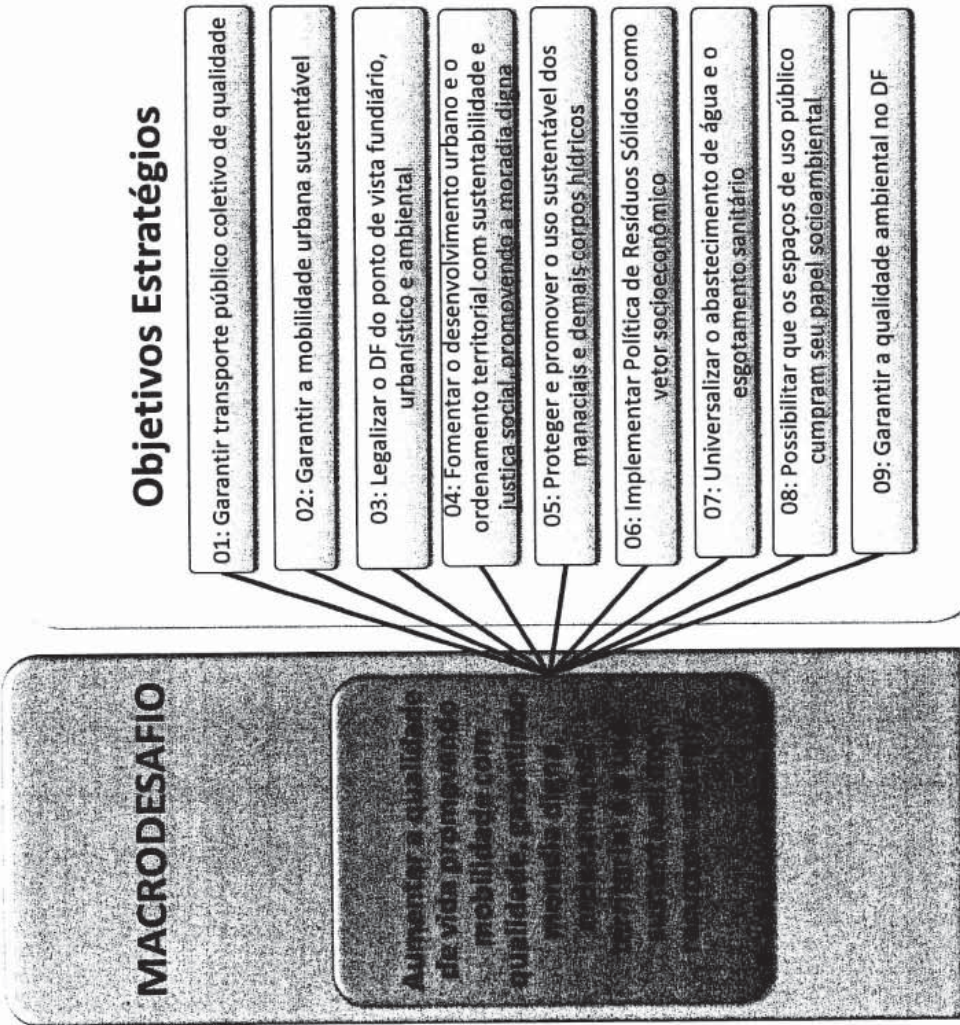
- Programas Temáticos:

- 6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural
- 6211 - Garantia do Direito à Assistência Social
- 6213 - Saneamento
- 6214 - Trabalho, Emprego e Renda
- 6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania
- 6223 - Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência, e Atenção à Juventude
- 6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita
- 6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada
- 6228 - Transferência de Renda
- 6229 - Emancipação das Mulheres

- Programas de Gestão:

- 6009 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado Social
- 6001 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desenvolvimento Econômico
- 6004 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Habitação



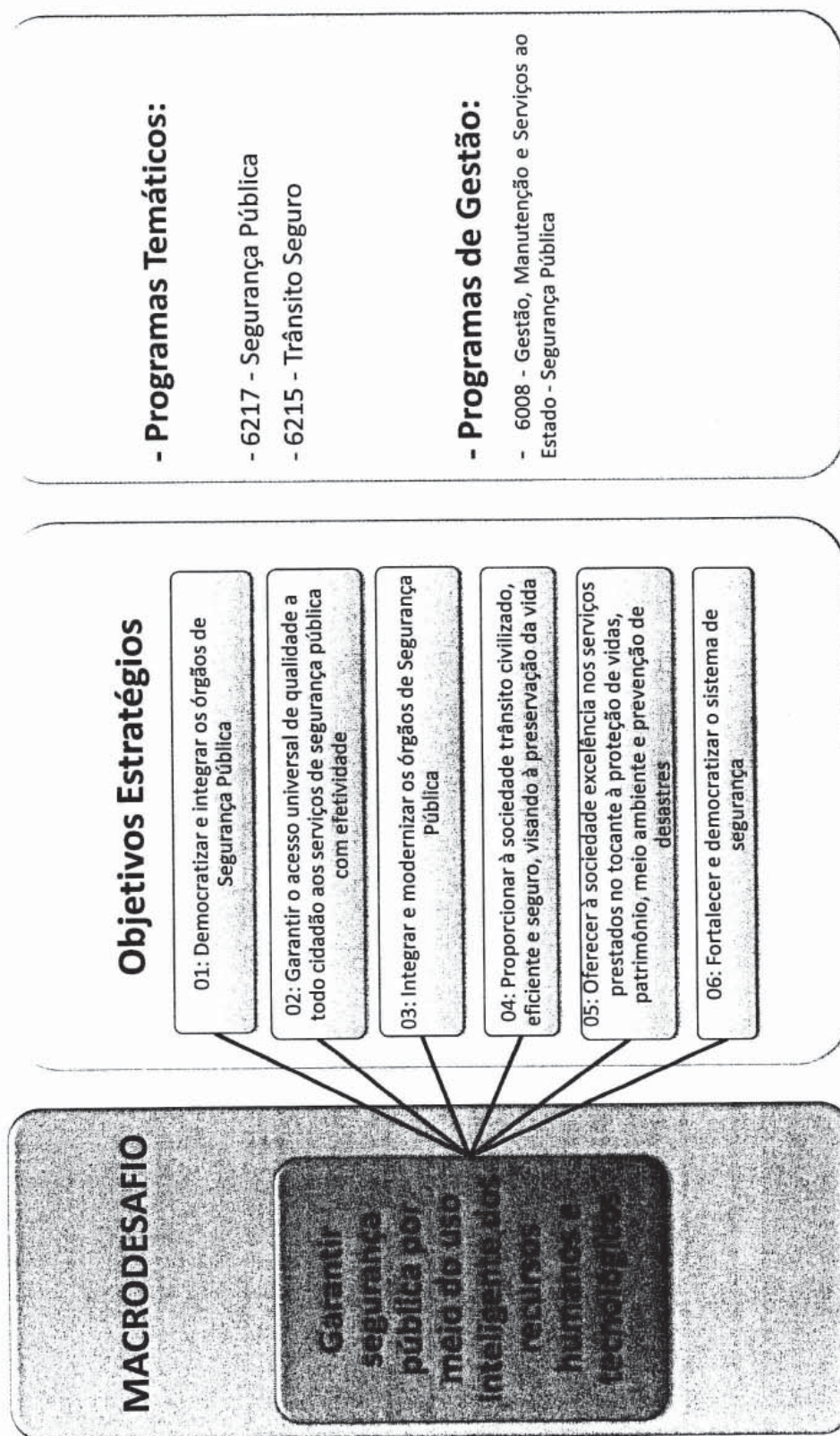


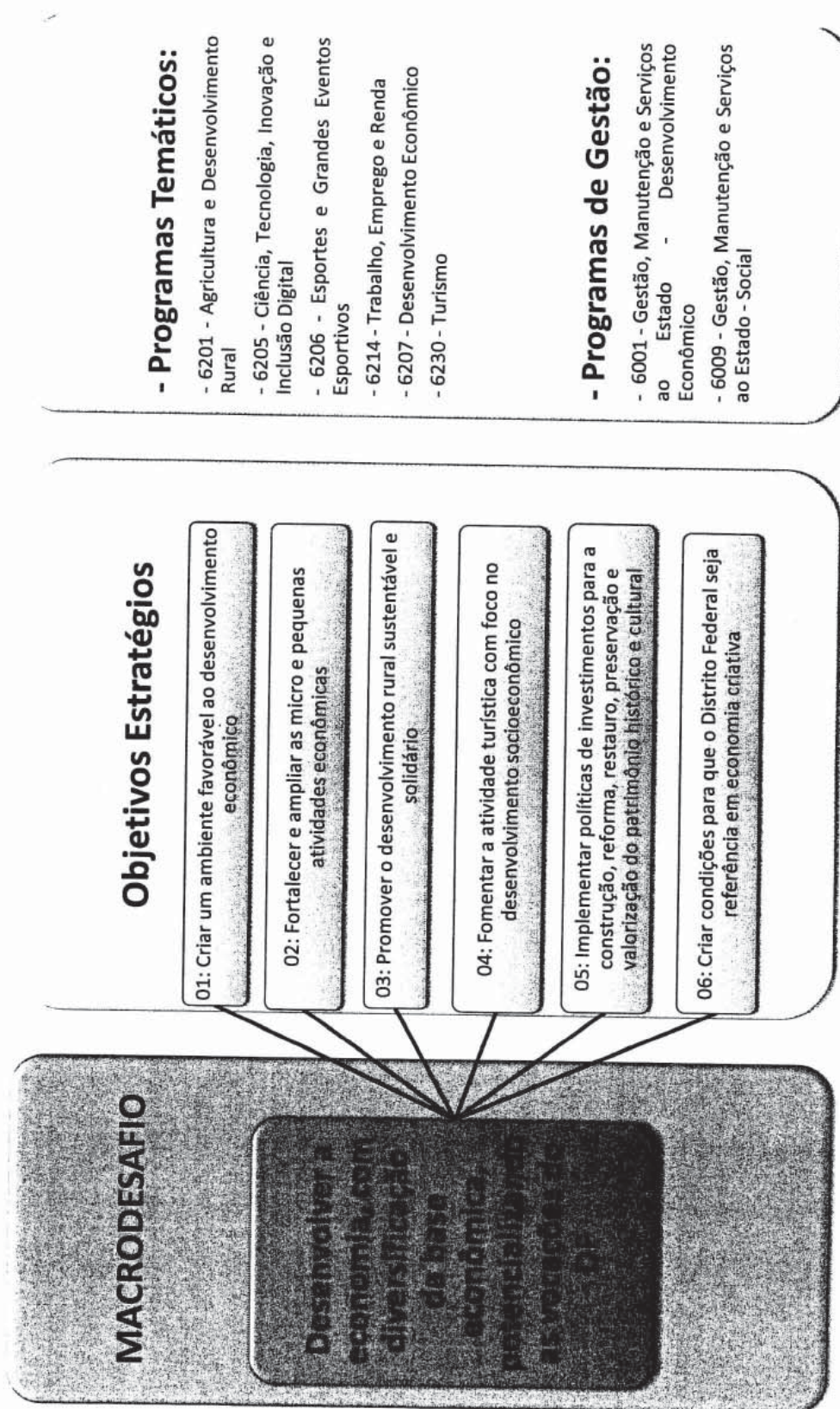
- Programas Temáticos:

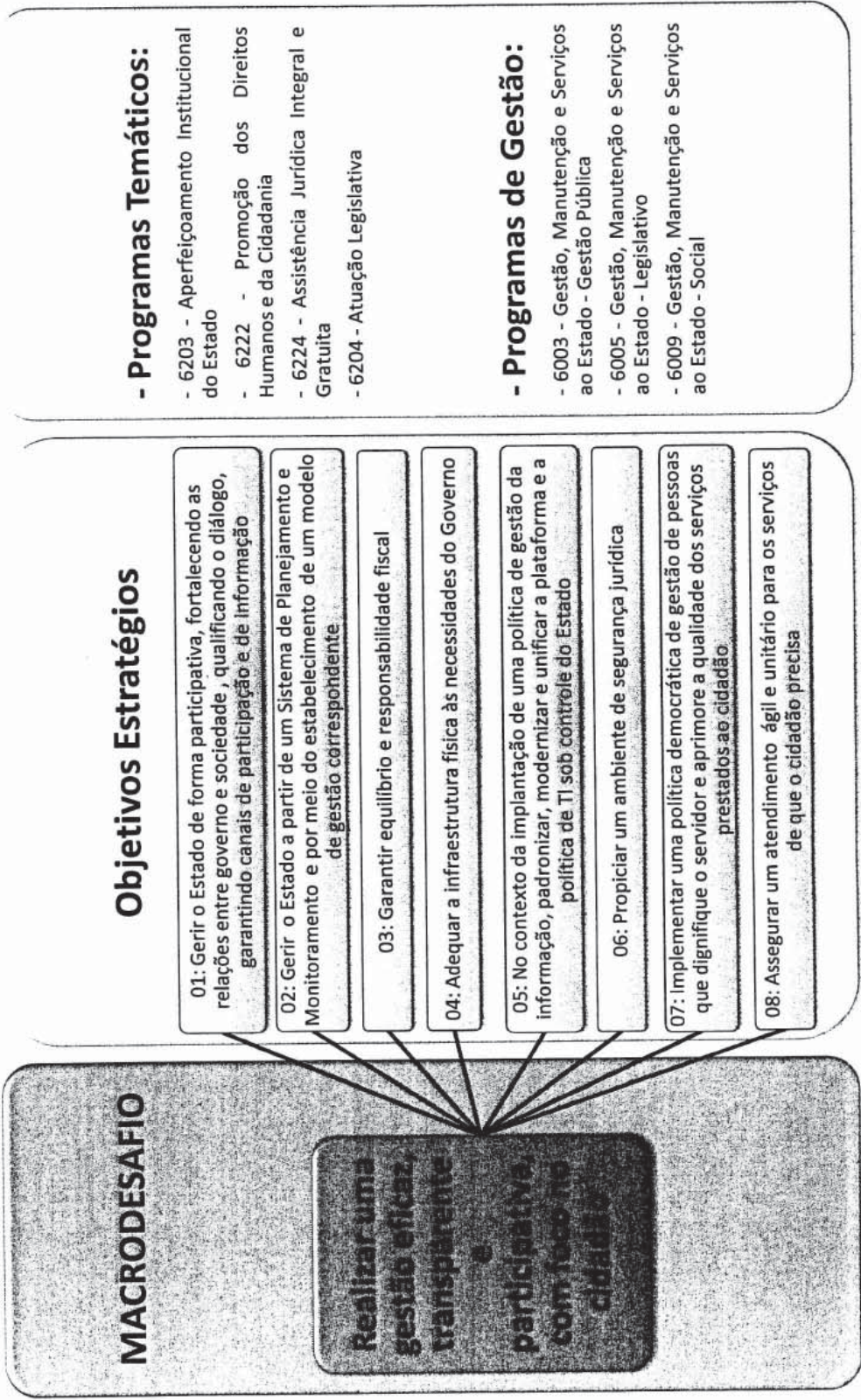
- 1350 - Águas do DF
- 0150 - Brasília Sustentável
- 6208 - Desenvolvimento Urbano
- 6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- 6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural
- 6209 - Energia
- 6211 - Garantia do Direito à Assistência Social
- 6212 - Resíduos Sólidos
- 6213 - Saneamento
- 6215 - Trânsito Seguro
- 6216 - Transporte Integrado e Mobilidade
- 6218 - Habitação
- 6225 - Regularização Fundiária
- 6226 - Prevenção, Gestão do Risco e Resposta a Desastres

- Programas de Gestão:

- 6004 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Habitação
- 6006 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Meio Ambiente
- 6010 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Transporte
- 6001 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desenvolvimento Econômico
- 6009 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social
- 6008 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - segurança Pública



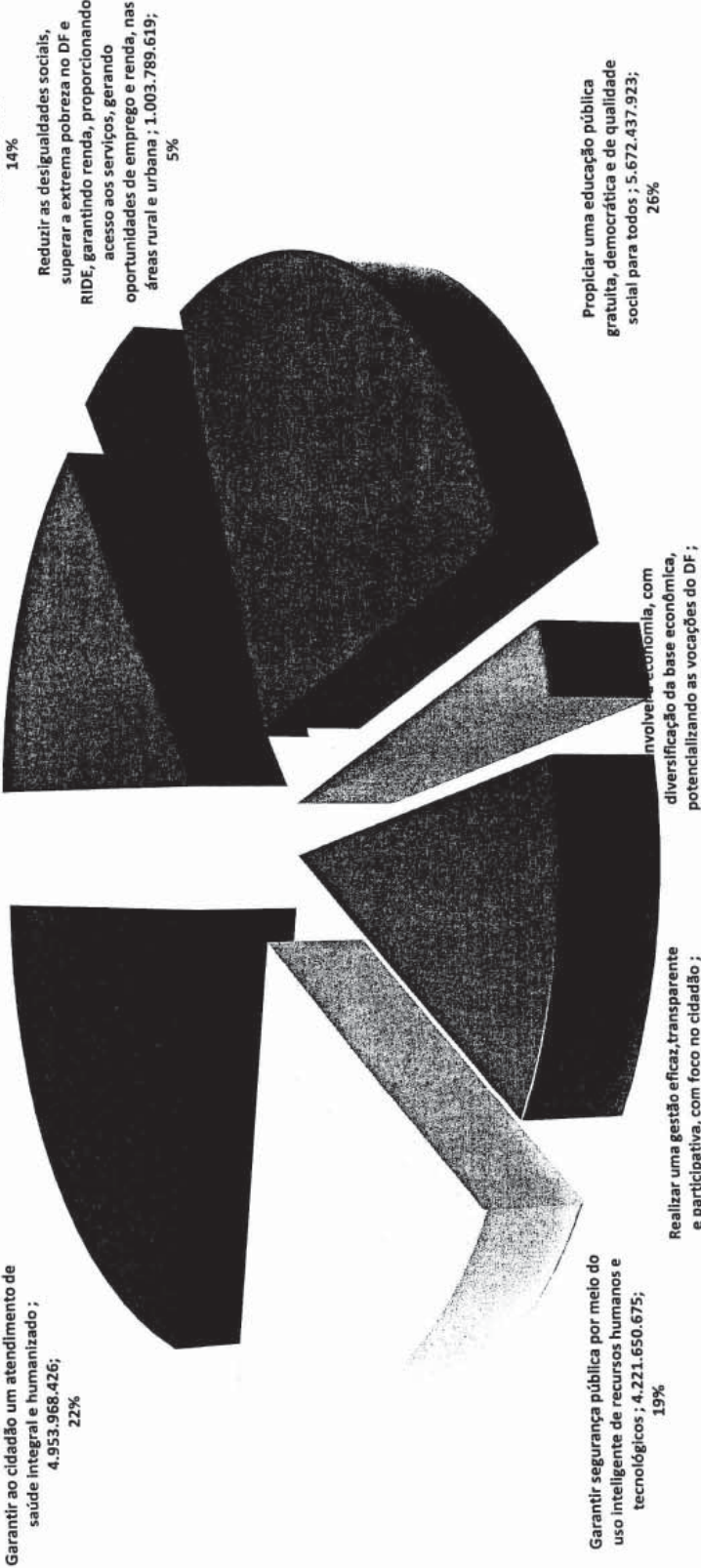


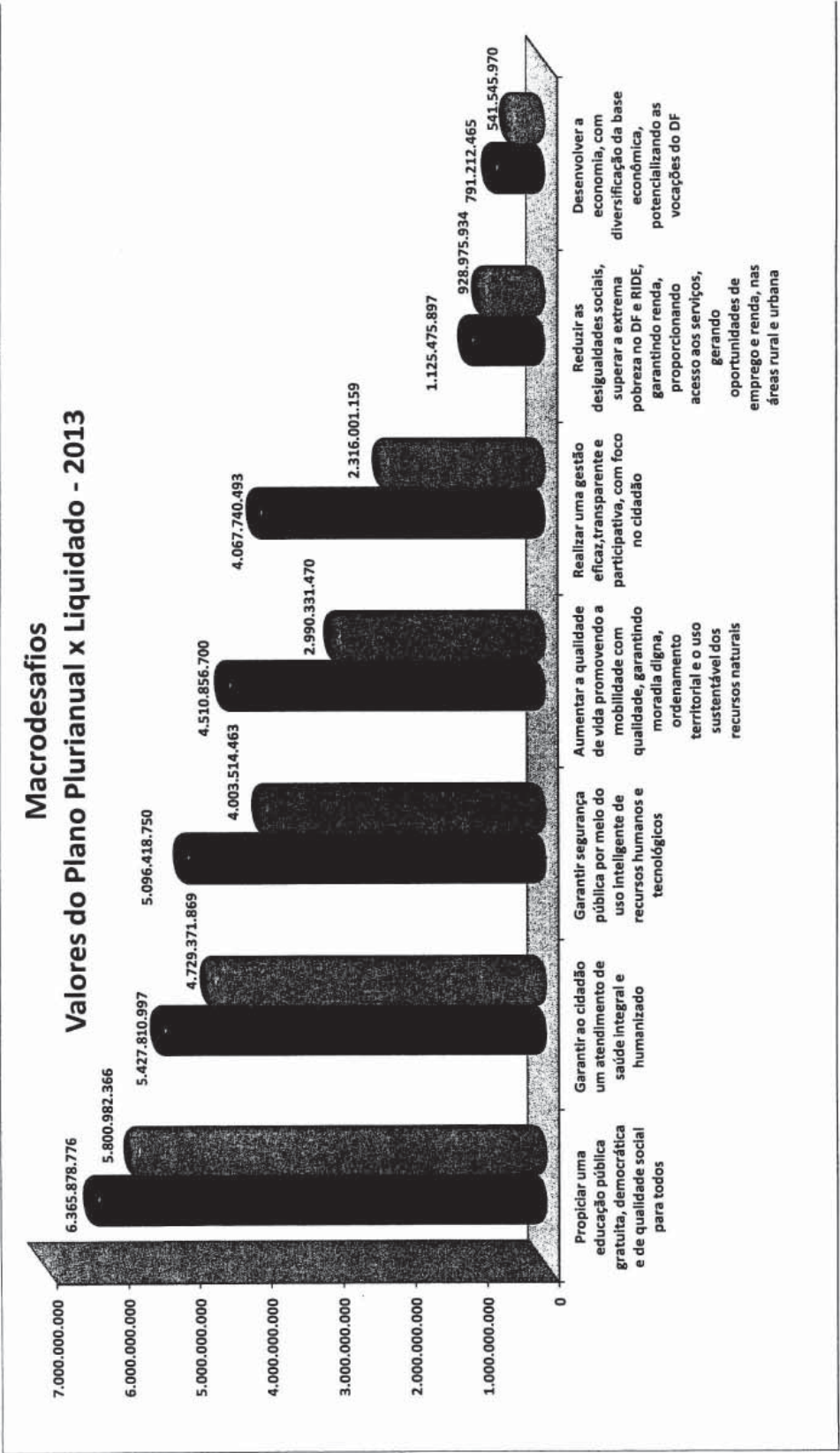


MACRODESAFIOS
Tabela Comparativa dos Valores Previstos no PPA X Valores Empenhados – 2013

Descritor do Macrodesafio	Previsto PPA	Empenhado	Liquidado	Emp/PPA	Liq/PPA	Emp/Total Emp
Propiciar uma educação pública gratuita, democrática e de qualidade social para todos	6.365.878.776	5.672.437.923	5.800.982.366	89	91	26
Garantir ao cidadão um atendimento de saúde integral e humanizado	5.427.810.997	4.953.968.426	4.729.371.869	91	87	22
Garantir segurança pública por meio do uso inteligente de recursos humanos e tecnológicos	5.096.418.750	4.221.650.675	4.003.514.463	83	79	19
Aumentar a qualidade de vida promovendo a mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais	4.510.856.700	3.169.587.415	2.990.331.470	70	66	14
Realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão	4.067.740.493	2.542.312.251	2.316.001.159	62	57	12
Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, proporcionando acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda, nas áreas rural e urbana	1.125.475.897	1.003.789.619	928.975.934	89	83	5
Desenvolver a economia, com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF	791.212.465	529.235.941	541.545.970	67	68	2
Total Geral	27.385.394.078	22.092.982.250	21.310.723.231	81	78	100

Macrodesafios Empenhado - 2013





Execução Orçamentária e Financeira**I – Totais de Governo**

No Plano Plurianual, para 2013, foram previstos recursos no montante de R\$ 25.385.394.078,00. Esse valor considera os recursos dos Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e recursos do Fundo Constitucional do DF- FCDF. Os valores dos Programas nº 0001 – Operações Especiais, nº 9999 – Reserva de Contingência e o pagamento de inativos com recursos do Fundo Constitucional do DF, não constam no PPA 2012-2015.

Execução Orçamentária e Financeira por Programa - 2013**PPA X LOA - Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**

Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional do DF

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
0001- Programa para Operação Especial		2.960.620.384	3.100.009.119	2.423.579.902	2.409.309.090		
0150-BRASILIA SUSTENTÁVEL(OFSS)	4.550.000	29.000.000	20.999.500	686.000	523.390	15,1	11,5
1350- DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL - ÁGUAS DO DF(OFSS)	216.552.479	72.639.477	37.921.830	731.158	662.894	0,3	0,3
6001-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	240.700.049	213.782.695	232.883.253	218.929.790	214.995.989	91,0	89,3
EMPRESAS (OI)	5.030.000	3.500.000	3.499.999	0	1.469.925	0,0	29,2
OFSS	235.670.049	210.282.695	229.383.254	218.929.790	213.526.064	92,9	90,6
6002-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDUCAÇÃO E CULTURA	1.604.176.463	437.111.799	472.451.547	471.196.389	467.943.705	29,4	29,2
OFSS	604.176.463	237.111.799	172.451.547	171.196.389	167.943.705	28,3	27,8
FCDF	1.000.000.000	200.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000	30,0	30,0
6003-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO	2.968.698.372	1.384.956.037	1.811.700.184	1.716.330.441	1.610.553.077	57,8	54,3

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
PÚBLICA(OFSS)							
6004-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	522.994.636	346.257.669	470.978.308	387.287.638	407.181.347	74,1	77,9
EMPRESAS (OI)	59.187.235	54.091.000	67.896.429	0	29.179.450	0,0	49,3
OFSS	463.807.401	292.166.669	403.081.879	387.287.638	378.001.897	83,5	81,5
6005-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLATIVO(OFSS)	688.916.235	643.444.775	567.814.550	548.187.672	514.727.061	79,6	74,7
6006-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE(OFSS)	371.226.834	220.677.954	246.926.033	229.983.730	227.731.795	62,0	61,3
6007-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAÚDE	4.142.801.002	3.134.098.542	3.753.998.972	3.746.780.029	3.734.682.179	90,4	90,1
OFSS	1.106.798.375	1.285.993.743	1.885.894.173	1.878.675.230	1.866.577.380	169,7	168,6
FCDF	3.036.002.627	1.848.104.799	1.868.104.799	1.868.104.799	1.868.104.799	61,5	61,5
6008-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEGURANÇA PÚBLICA	955.475.998	860.059.858	1.020.871.368	992.185.438	870.672.870	103,8	91,1
OFSS	238.634.333	383.529.097	567.283.349	538.620.774	471.087.589	225,7	197,4
FCDF	716.841.665	476.530.761	453.588.019	453.564.664	399.585.281	63,3	55,7
6009-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL(OFSS)	623.953.163	499.654.624	607.800.262	605.114.138	586.572.757	97,0	94,0
6010-GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TRANSPORTE(OFSS)	354.391.337	284.866.916	443.705.973	419.739.326	416.680.831	118,4	117,6
6201-AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	50.160.541	18.173.366	44.430.551	14.092.977	11.860.855	28,1	23,6
EMPRESAS (OI)	2.700.000	5.500.000	4.000.000	0	1.365	0,0	0,1
OFSS	47.460.541	12.673.366	40.430.551	14.092.977	11.859.490	29,7	25,0
6202-APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE(OFSS)	1.285.009.995	1.046.051.306	1.372.978.019	1.207.188.397	994.689.690	93,9	77,4
6203-APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO(OFSS)	408.642.380	409.677.264	474.738.886	277.764.238	190.700.250	68,0	46,7
6204-ATUAÇÃO LEGISLATIVA(OFSS)	1.483.506	1.602.000	502.000	29.900	20.771	2,0	1,4
6205-CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL(OFSS)	95.366.897	72.369.611	130.402.116	72.893.662	62.355.985	76,4	65,4

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
6206:ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS(OFS)	286.330.207	939.455.137	1.531.332.710	561.107.936	831.423.249	196,0	290,4
EMPRESAS (OI)	183.900.000	459.247.000	599.247.000	0	300.347.097	0,0	163,3
OFS	102.430.207	480.208.137	932.085.710	561.107.936	531.076.152	547,8	518,5
6207:DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	421.396.428	410.530.151	422.511.237	264.208.405	292.008.309	62,7	69,3
EMPRESAS (OI)	70.724.871	114.363.222	114.363.222	0	27.906.565	0,0	39,5
OFS	350.671.557	296.166.929	308.148.015	264.208.405	264.101.744	75,3	75,3
6208:DESENVOLVIMENTO URBANO	874.360.152	2.065.415.730	1.675.039.894	556.986.628	486.541.089	63,7	55,6
EMPRESAS (OI)	417.444.000	864.485.000	724.485.000	0	78.018.482	0,0	18,7
OFS	456.916.152	1.200.930.730	950.554.894	556.986.628	408.522.607	121,9	89,4
6209:ENERGIA	233.992.380	463.555.011	377.237.818	137.459.284	296.825.850	58,7	126,9
EMPRESAS (OI)	120.726.000	283.317.000	217.858.217	0	208.679.046	0,0	172,9
OFS	113.266.380	180.238.011	159.379.601	137.459.284	88.146.804	121,4	77,8
6210:MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS(OFS)	42.063.411	22.810.315	25.993.431	8.698.445	5.222.194	20,7	12,4
6211:GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL(OFS)	137.393.608	129.915.243	92.418.495	73.879.461	65.627.421	53,8	47,8
6212:RESÍDUOS SÓLIDOS(OFS)	105.142.150	264.379.998	279.218.183	268.985.049	255.448.744	255,8	243,0
6213:SANEAMENTO	587.379.084	588.343.771	625.278.376	6.183.457	138.788.761	1,1	23,6
EMPRESAS (OI)	484.629.084	421.270.000	484.935.991	0	136.905.941	0,0	28,2
OFS	102.750.000	167.073.771	140.342.385	6.183.457	1.882.820	6,0	1,8
6214:TRABALHO, EMPREGO E RENDA(OFS)	41.447.247	28.669.845	45.828.612	19.451.423	17.434.647	46,9	42,1
6215:TRÂNSITO SEGURO(OFS)	145.866.031	125.038.411	199.927.364	106.034.613	90.145.629	72,7	61,8
6216:TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE	936.340.044	1.590.093.757	1.882.719.322	1.043.543.748	660.511.696	111,4	70,5
EMPRESAS (OI)	22.900.000	77.953.000	77.953.000	0	904.860	0,0	4,0
OFS	913.440.044	1.512.140.757	1.804.766.322	1.043.543.748	659.606.836	114,2	72,2
6217:SEGURANÇA PÚBLICA	4.140.942.752	3.654.208.109	3.336.696.044	3.229.465.237	3.132.841.593	78,0	75,7

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidação (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
OFSS	165.118.576	226.434.632	238.403.720	131.207.496	98.028.640	79,5	59,4
FCDF	3.975.824.176	3.427.773.477	3.098.292.324	3.098.257.741	3.034.812.953	77,9	76,3
6218:HABITAÇÃO	85.082.656	74.892.746	44.764.193	3.218.468	2.141.981	3,8	2,5
6219:CULTURA	131.643.936	225.629.815	207.421.314	151.585.053	116.920.248	115,1	88,8
EMPRESAS (OI)	4.900.000	24.092.000	24.092.000	0	3.101.806	0,0	63,3
OFSS	126.743.936	201.537.815	183.329.314	151.585.053	113.818.442	119,6	89,8
6220:EDUCAÇÃO SUPERIOR(OFSS)	28.254.868	8.242.740	12.539.003	8.648.537	7.859.633	30,6	27,8
6221:EDUCAÇÃO BÁSICA	4.220.106.405	3.972.245.863	4.581.746.837	4.407.006.345	4.314.479.546	104,4	102,2
OFSS	2.938.580.093	3.433.304.973	3.918.832.052	3.744.091.560	3.651.564.761	127,4	124,3
FCDF	1.281.526.312	538.940.890	662.914.785	662.914.785	662.914.785	51,7	51,7
6222:PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA(OFSS)	102.250.767	107.209.057	116.057.205	105.240.173	91.174.456	102,9	89,2
6223:DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE(OFSS)	61.250.799	45.547.930	96.685.929	80.766.953	67.592.141	131,9	110,4
6224:ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA(OFSS)	3.453.665	1.801.434	2.617.895	842.164	154.492	24,4	4,5
6225:REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	29.372.240	9.968.610	9.254.905	37.795	1.913.193	0,1	6,5
EMPRESAS (OI)	11.750.000	7.250.000	7.250.000	0	1.910.773	0,0	16,3
OFSS	17.622.240	2.718.610	2.004.905	37.795	2.420	0,2	0,0
6226:PREVENÇÃO, GESTÃO DO RISCO E RESPOSTA A DESASTRES(OFSS)	1.543.266	700.000	12.076	12.076	12.076	0,8	0,8
6227:GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA(OFSS)	85.768.760	55.923.222	54.493.055	51.347.078	39.742.285	59,9	46,3
6228:TRANSFERÊNCIA DE RENDA(OFSS)	103.096.550	171.113.225	88.457.181	83.700.787	76.232.859	81,2	73,9
6229:EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES(OFSS)	8.308.585	6.555.000	4.893.040	2.898.865	1.879.523	34,9	22,6
6230:TURISMO	37.508.200	31.288.558	53.061.536	12.553.346	5.246.170	33,5	14,0
EMPRESAS (OI)	3.000.000	10.731.000	10.731.000	0	1.002.453	0,0	33,4
OFSS	34.508.200	20.557.558	42.330.536	12.553.346	4.243.717	36,4	12,3

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
999 Reserva de Contingência		166.570.077	0	0	0	0	0
TOTAL (OFSS, Investimento e FCDF - Inclui programas 0001 e 999)	27.385.394.078	27.795.148.032	30.577.318.126	24.516.562.151	23.720.032.321	89,5	86,6
TOTAL (OFSS, Investimento e FCDF - exceto programas 0001 e 999)	27.385.394.078	24.667.957.571	27.477.309.007	22.092.982.249	21.310.723.231	80,7	77,8

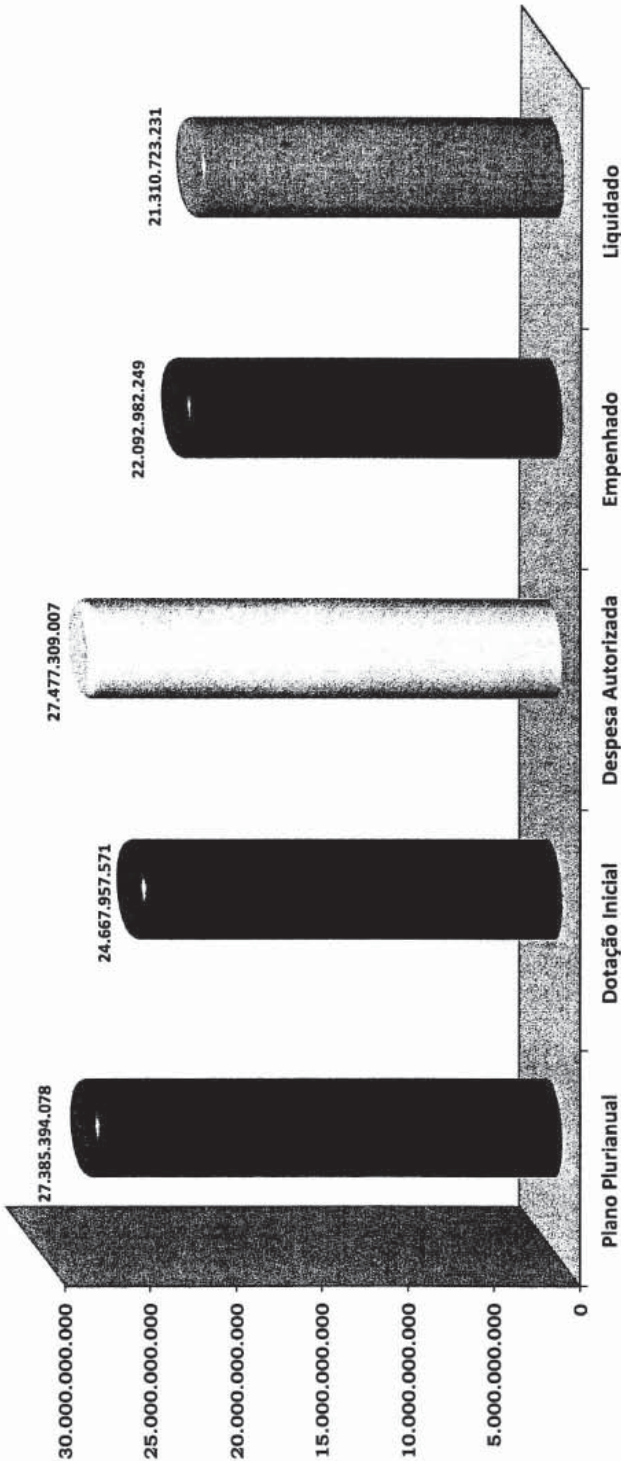
OFSS = Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, OI= Orçamento de Investimento, FCDF = Fundo Constitucional do Distrito Federal

	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
TOTAL DA EXECUÇÃO OFSS exceto Programas 0001 e 9999	15.988.308.108	15.850.808.422	18.758.097.222	15.710.140.260	14.255.877.650	98,3	89,2
TOTAL DA EXECUÇÃO OFSS inclusive Programas 0001 e 999	15.988.308.108	18.977.998.883	21.858.106.341	18.133.720.162	16.665.186.740	113,4	104,2
TOTAL DA EXECUÇÃO OI	1.386.891.190	2.325.799.222	2.336.311.858	0	789.427.763	0,0	56,9
TOTAL DA EXECUÇÃO FCDF	10.010.194.780	6.491.349.927	6.382.899.927	6.382.841.989	6.265.417.818	63,8	62,6
TOTAL DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS	14.912.059.989	16.643.046.702	17.848.178.557	12.757.247.658	12.258.981.620	85,5	82,2
TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO	12.473.334.089	8.024.910.869	9.629.130.450	9.335.734.591	9.051.741.611	74,8	72,6
Programas Temáticos e de Gestão exceto Programas 0001 e 999	27.385.394.078	24.667.957.571	27.477.309.007	22.092.982.249	21.310.723.231	80,7	77,8

OBS: Para compatibilização com os recursos previstos no PPA o total geral considera os valores dos orçamentos fiscal, da seguridade social, de investimentos das estatais e do Fundo Constitucional do DF - FCDF. Foram excluídos os Programas para Operações Especiais, Reserva de Contingência e os valores referentes aos inativos das áreas de Saúde, Educação e Segurança do FCDF.

Em comparação com os recursos previstos no PPA, os totais consolidados da execução orçamentária do Governo são os seguintes: Dotação inicial no valor de **R\$ 24.667.957.571**, Despesa Autorizada no valor de **R\$ 27.477.309.007**, Total Empenhado no valor de **R\$ 22.092.982.249**e Total Liquidado no valor de **R\$ 21.310.723.231**. Esses totais, foram previstos na Lei Orçamentária Anual 2013 **R\$ 15.850.808.422,00** dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, **R\$ 2.325.799.222,00** do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e **R\$ 6.491.349.927,00**, referente aos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal(excluindo-se os inativos das 03 áreas). Para efeito de comparação da execução orçamentária com os valores previstos no PPA pode-se afirmar que 77,8% foram executados.

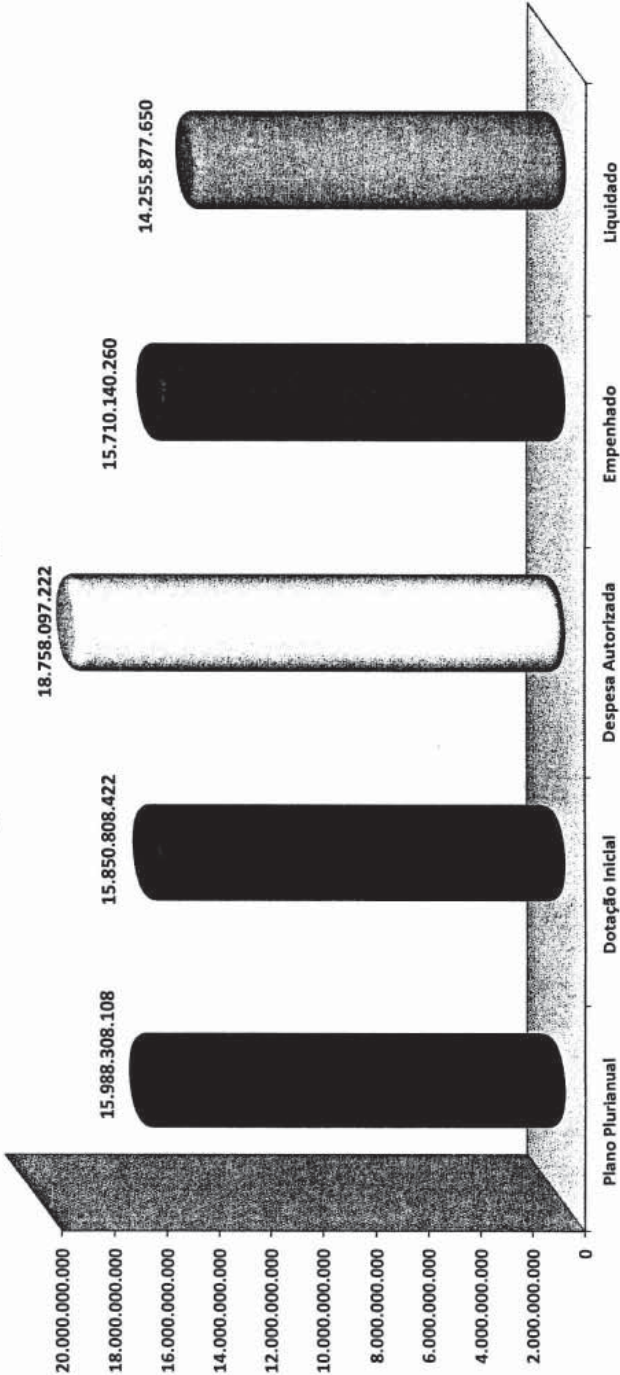
Execução Orçamentária do Governo do Distrito Federal - 2013
(Orçamentos: Fiscal, Seguridade Social, Investimento e Recursos do Fundo Constitucional do DF)



II – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

No que se refere aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, o valor previsto no PPA para 2013 atingiu o montante de R\$ 15.988.308.108,00. A execução orçamentária e financeira, conforme demonstrado no gráfico a seguir, apresentou os seguintes totais: Dotação Inicial R\$ 15.850.808.422,00 (LOA), Despesa Autorizada R\$ 18.758.097.222,00, Total Empenhado R\$15.710.140.261,00 e liquidado R\$ 14.255.877.650,00. Em relação ao previsto no PPA, os valores empenhados e liquidados alcançaram 98% e 89%, respectivamente.

Execução Orçamentária e Financeira - 2013
PPA X LOA - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social



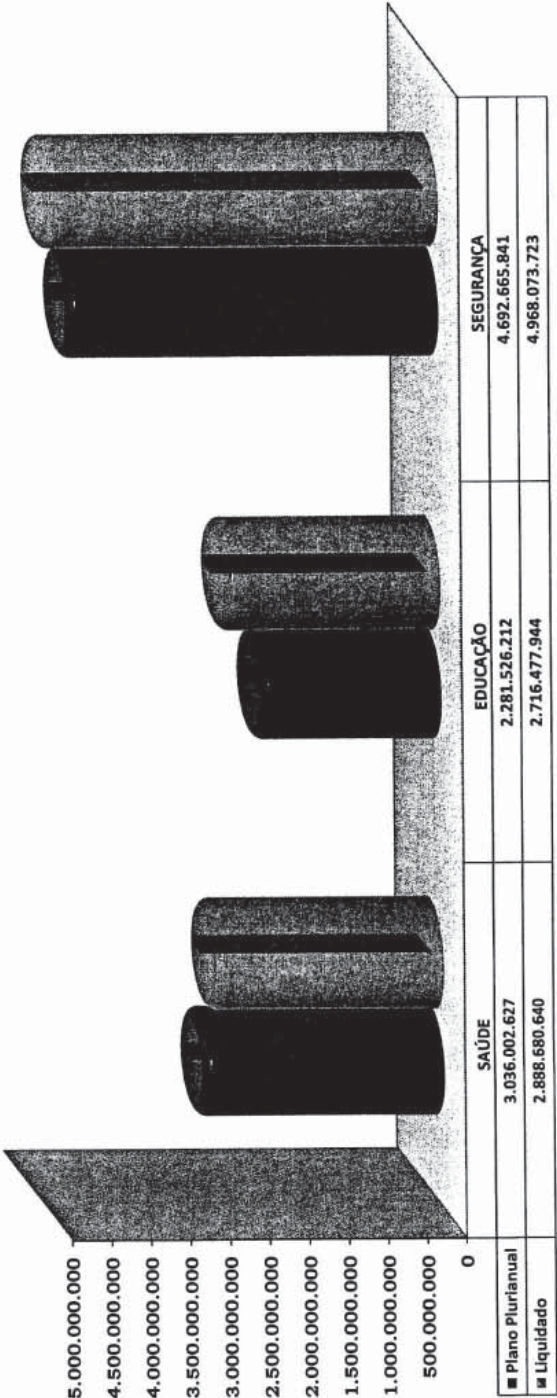
III – Fundo Constitucional do Distrito Federal

Os recursos previstos no PPA para o Fundo Constitucional do Distrito Federal totalizaram o valor de R\$ 10.010.194.680,00 e o valor total liquidado R\$ 6.265.417.818,00. A tabela a seguir demonstra a execução por área. Considerando que no PPA não constam os valores para inativos, no gráfico comparativo entre o PPA e a Execução, estes valores também foram deduzidos das 03 áreas.

UG Executoras		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valor Pago
Polícia Militar do DF	1 - Pessoal	2.028.812.466	2.028.812.466	2.028.812.466	2.022.491.524	1.853.705.442
	1.1 - Inativos	580.967.086	647.967.086	647.967.086	643.759.334	607.076.666
	3 - Outras Despesas Correntes	329.762.838	319.665.064	319.665.064	294.539.934	282.476.173
	4 - Investimentos	213.687.959	33.622.747	33.603.304	28.819.710	28.819.710
Corpo de Bombeiro Militar do DF	1 - Pessoal	936.098.690	965.598.690	965.598.690	959.595.195	888.210.988
	1.1 - Inativos	316.530.380	334.980.380	334.980.380	334.978.032	309.028.341
	3 - Outras Despesas Correntes	146.335.974	141.835.974	141.809.818	113.464.112	108.416.025
	4 - Investimentos	104.084.337	76.750.928	76.738.589	49.622.521	49.622.521
Polícia Civil do DF	1 - Pessoal	1.442.278.789	1.404.278.789	1.404.278.789	1.404.257.726	1.306.817.874
	1.1 - Inativos	531.950.077	554.950.077	554.950.077	554.938.122	513.251.920
	3 - Outras Despesas Correntes	77.765.728	80.765.728	80.765.728	71.840.065	69.530.836
	4 - Investimentos	54.925.000	38.447.500	38.447.500	23.442.936	23.310.481
Secretaria de Saúde do DF	1 - Pessoal	2.868.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640
	1.1 - Inativos	1.020.575.841	1.020.575.841	1.020.575.841	1.020.575.841	1.020.575.841
Secretaria de Educação do DF	1 - Pessoal	2.180.504.049	2.404.477.944	2.404.477.944	2.404.477.944	2.404.389.866
	1.1 - Inativos	1.753.563.160	1.753.563.160	1.753.563.160	1.753.563.160	1.753.563.160
	3. Outras Despesas Correntes	312.000.000	312.000.000	312.000.000	312.000.000	311.994.406
Total		10.694.936.470	10.694.936.470	10.694.878.532	10.573.232.307	10.215.974.962

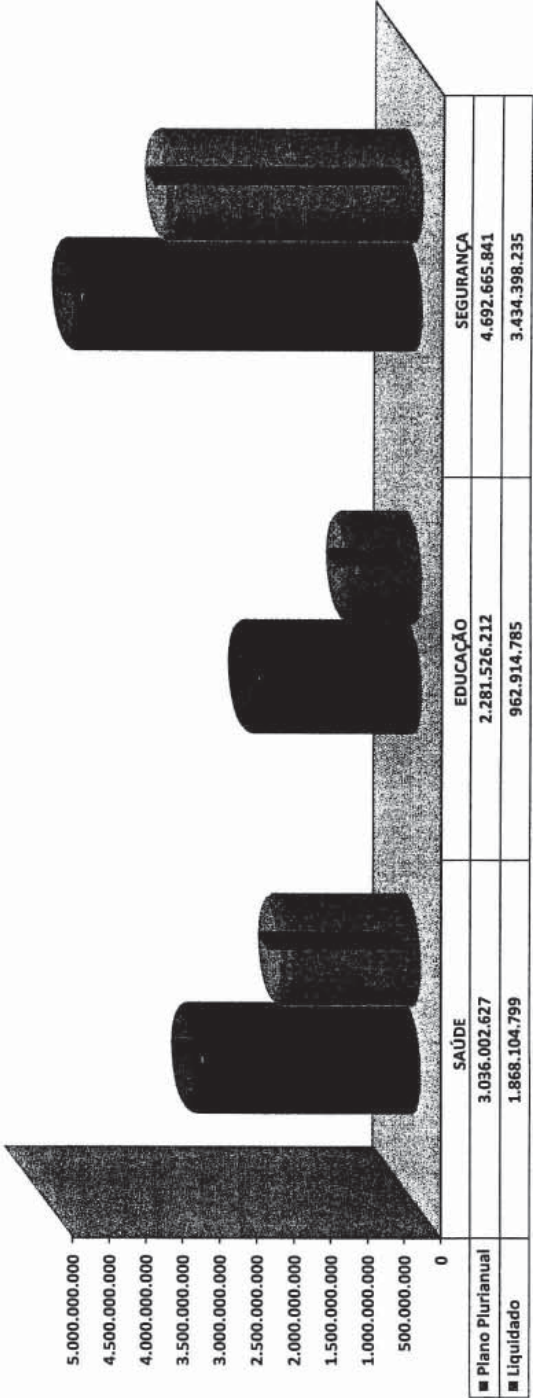
Áreas (com Inativos)	Plano Plurianual	Liquidado
Saúde	3.036.002.627	2.888.680.640
Educação	2.281.526.212	2.716.477.944
Segurança	4.692.665.841	4.968.073.723
TOTAL	10.010.194.680	10.573.232.307

Execução Orçamentária e Financeira - 2013
Fundo Constitucional do Distrito Federal
PPA X Liquidado (Inclui Inativos das 03 áreas)



Áreas (sem inativos)	Plano Plurianual	Liquidado
Saúde	3.036.002.627	1.868.104.799
Educação	2.281.526.212	962.914.785
Segurança	4.692.665.841	3.434.398.235
TOTAL	10.010.194.680	6.265.417.819

Execução Orçamentária e Financeira - 2013
Fundo Constitucional do Distrito Federal
PPA X Liquidado (exceto inativos)

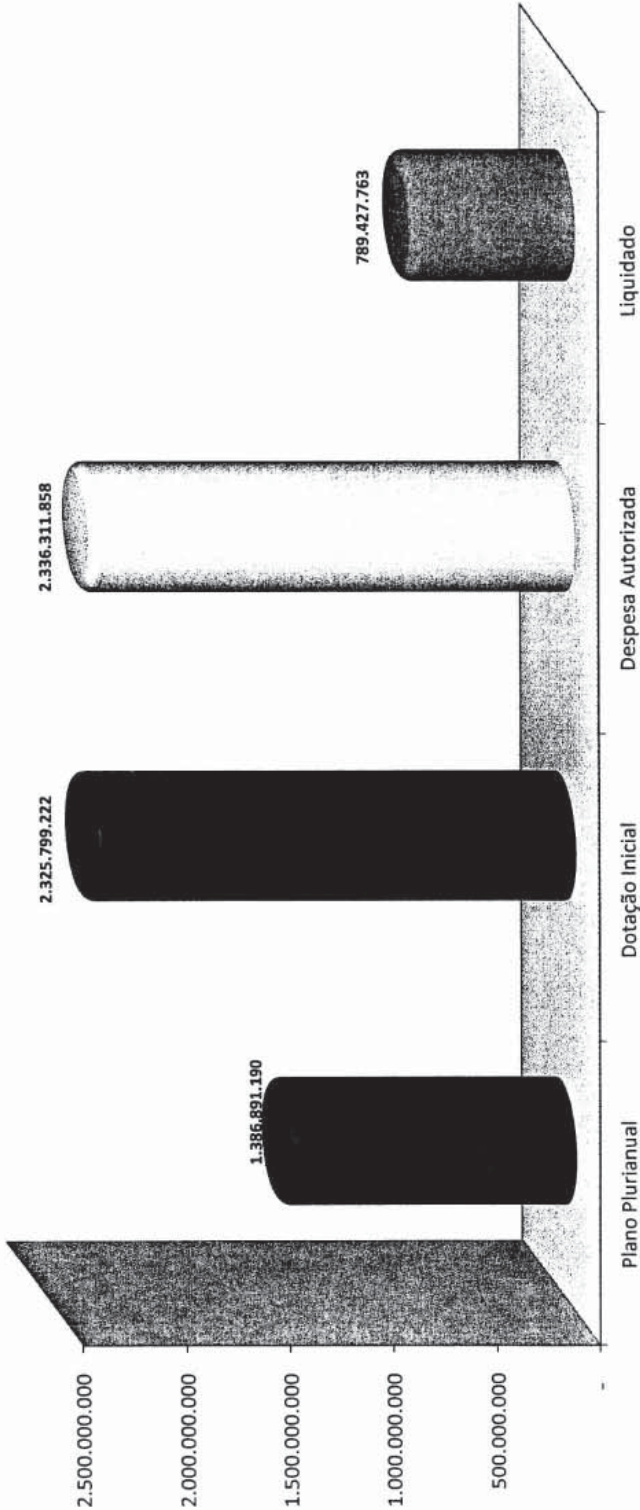


Obs: valores referentes ao pagamento de inativos das 03 áreas, não constam do PPA 2012-2015

IV – Orçamento de Investimento das Estatais

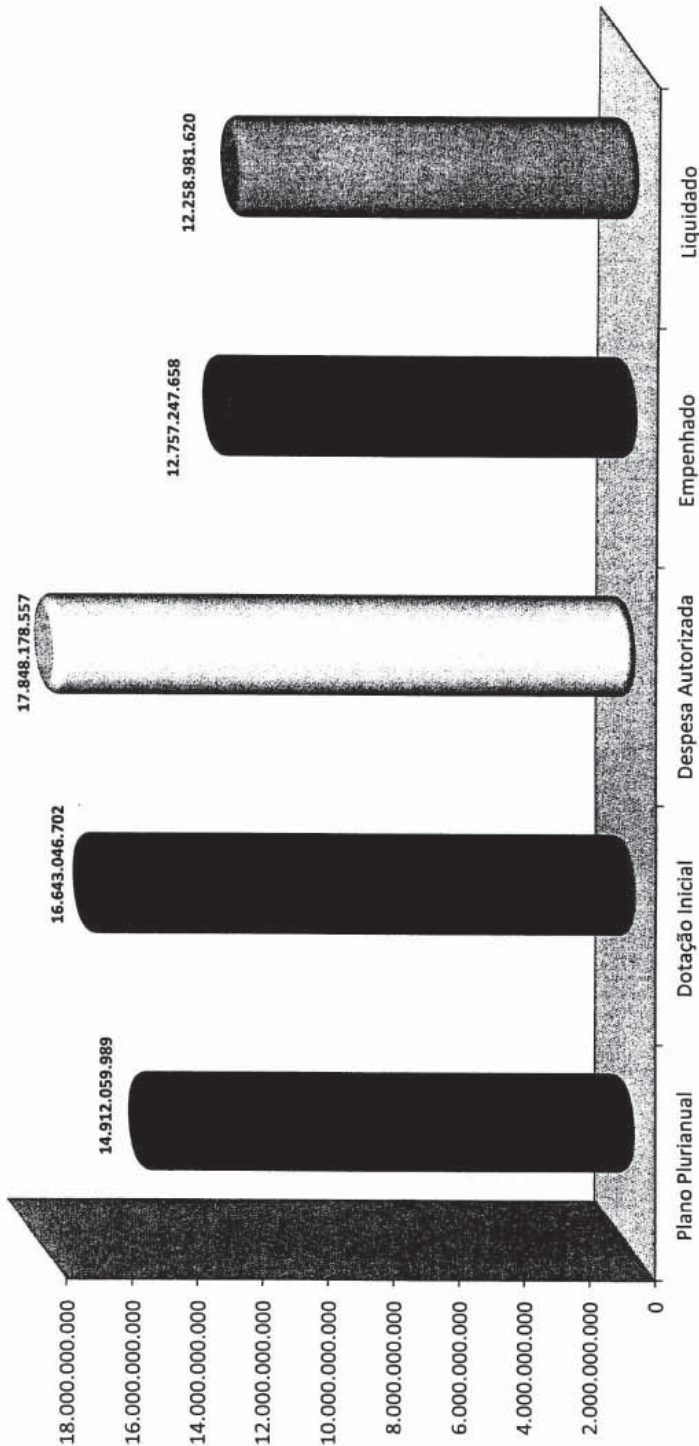
Com relação ao orçamento de investimento, o gráfico a seguir demonstra que, para o conjunto das empresas estatais, foram previstos no PPA recursos no valor de R\$ 1.386.891.190,00, a Despesa Autorizada totalizou R\$ 2.325.799.222,00 e a Despesa Realizada no valor de R\$ 789.427.763,00. Comparando com a previsão no PPA, o percentual liquidado foi de 57%.

Execução Orçamentária e Financeira - 2013
PPA X LOA - Orçamento de Investimento

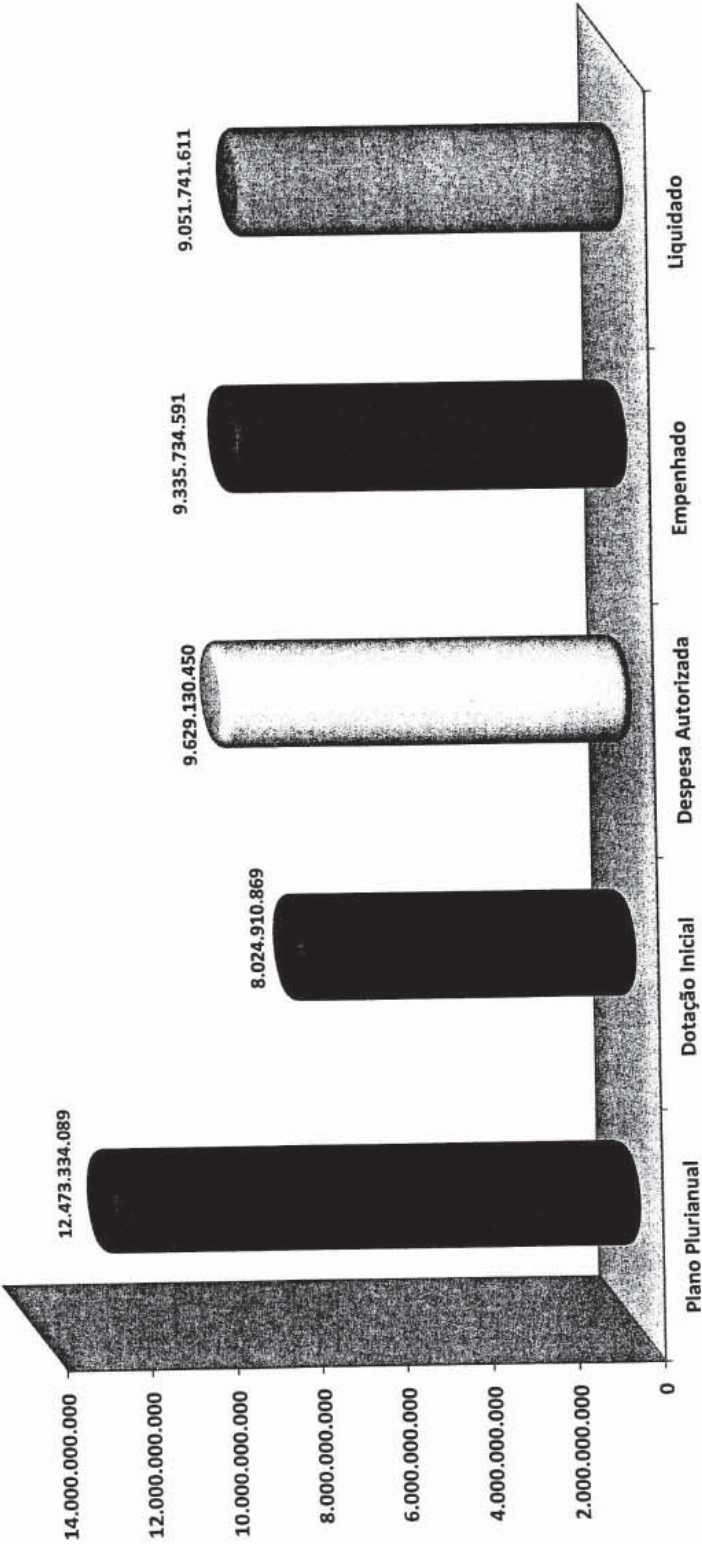


V – Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Execução Orçamentária e Financeira - 2013
Programas Temáticos



Execução Orçamentária e Financeira - 2013
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado



Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Total dos Programas	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
Programas Temáticos	14.912.059.989	16.643.046.702	17.848.178.557	12.757.247.658	12.258.981.620	85,5	82,2
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	12.473.334.089	8.024.910.869	9.629.130.450	9.335.734.591	9.051.741.611	74,8	72,6
TOTAL GERAL	27.385.394.078	24.667.957.571	27.477.309.007	22.092.982.249	21.310.723.231	80,7	77,8

Na estrutura do Plano Plurianual 2012-2015 foram criados 32 Programas Temáticos e 10 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O principal objetivo foi o de buscar junto às unidades do GDF a alocação de despesas efetivamente administrativas nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e as despesas finalísticas nos 32 Programas Temáticos. Algumas unidades conseguiram separar essas despesas, tais como: Saúde e Educação. Mesmo sendo uma iniciativa pioneira no PPA do GDF, já é possível perceber que, tanto no PPA quanto na execução orçamentária e financeira, a execução dos Programas Temáticos se destaca apontado para uma melhor alocação dos recursos públicos.

VI – Indicadores de Desempenho

A análise dos indicadores no contexto do PPA 2012-2015 é mais complexa visto que a definição de indicadores que possam traduzir a realidade que se deseja alterar e que possibilite o acompanhamento de seu desempenho ao longo do tempo, ainda está em evolução em certas áreas do governo.

Os avanços conquistados no PPA 2012-2015 são perceptíveis na medida em que se busca demonstrar a conexão entre o Planejamento Estratégico do Governo, os objetivos traçados para executá-los, as ações para sua implementação e os resultados alcançados pelas políticas públicas, objeto deste documento.

Conforme quadro demonstrativo a seguir, dos 468 indicadores apresentados no PPA para 2013, 49,36% obtiveram índices alcançados iguais ou melhores que os previstos; 31,20% apresentaram índices alcançados pior que os previstos para 2013 e pior que os índices alcançados em 2012; 17,31%

apresentaram índices alcançados pior que os previstos em 2013, no entanto melhores que os alcançados em 2012; e 2,13 % enquadraram-se nas situações de não apurados e ou constam em 02 objetivos específicos.

Ao somar as situações de índices alcançados igual ou melhor que os previstos para 2013 com as situações de índices alcançados pior que os previstos para 2013, porém melhor que os índices alcançados em 2012, verifica-se que 66,67% dos indicadores constantes no PPA para o ano de 2013, obtiveram melhor desempenho.

Quantidade			Índices dos Indicadores (%)			
Programas Temáticos	Metas	Indicadores	IGUAL ou MELHOR que o previsto em 2013	PIOR que o previsto em 2013 e MELHOR que o alcançado em 2012	PIOR que o previsto em 2013 e PIOR que o alcançado em 2012	Outros
32	538	468	49,36	17,31	31,20	2,13

Análise dos Programas Temáticos

Os resultados das análises dos Objetivos Específicos, bem como o quadro da execução orçamentária e financeira por Programa Temático, estão detalhados a seguir:

PROGRAMA TEMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL: Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

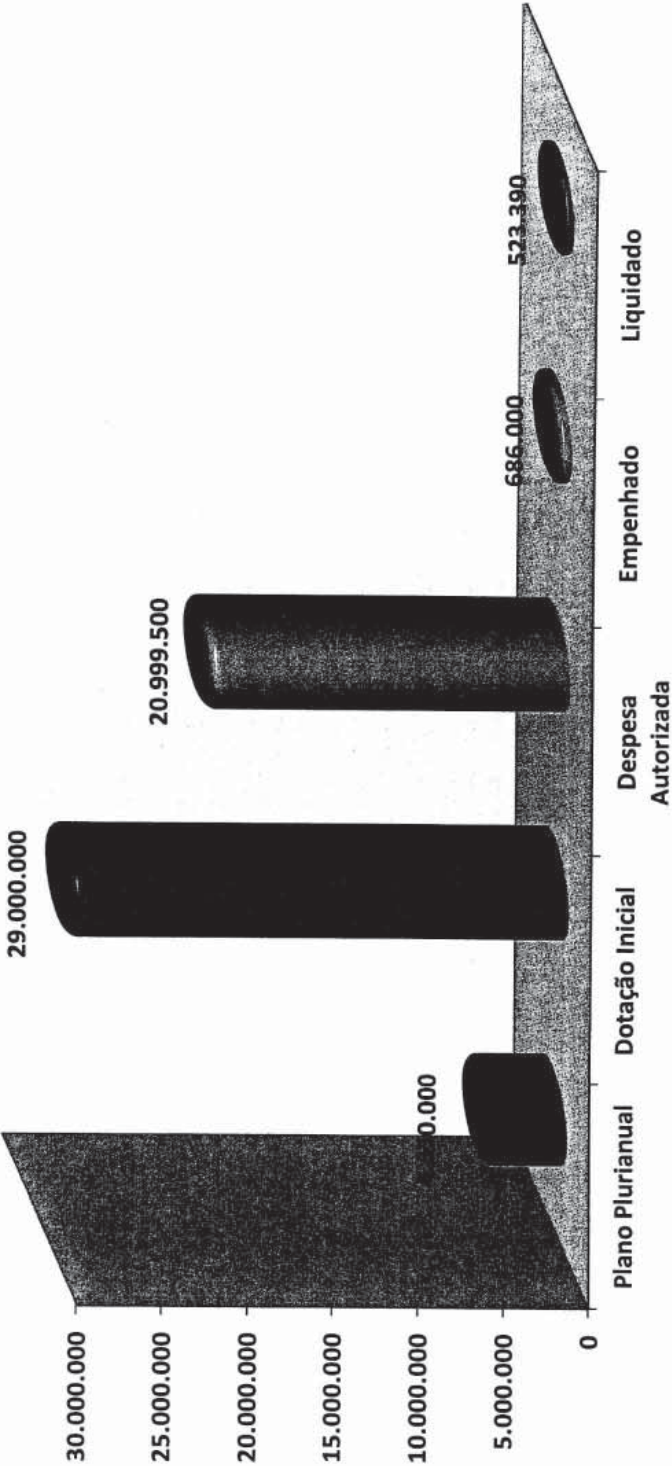
O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico		Unidade Responsável
001 - Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.		21.206
002 - Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.		21.206

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA – 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA						Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)			
1680 - Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural - Brasília Sustentável II	4.000.000	2.877.222	2.502.084	0	0		0	0
3052 - Implantação do Projeto de Urbanização - "Programa Brasília Sustentável II"	100.000	11.610.071	8.290.056	0	0		0	0
5076 - Implantação do Projeto de Saneamento Ambiental - "Programa Brasília Sustentável II"	150.000	8.157.986	4.352.639	0	0		0	0
5098 - Implantação do Projeto de Reforço Institucional - "Programa Brasília Sustentável II"	150.000	3.823.333	3.823.333	0	0		0	0
5119 - Implantação da Unidade de Gerenciamento "Programa Brasília Sustentável II"	150.000	2.531.388	2.031.388	686.000	523.390		457	349
TOTAL DO PROGRAMA 0150	4.550.000	29.000.000	20.999.500	686.000	523.390		15	12

0150 - Brasília Sustentável



Objetivo Específico: 001 – Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Análise do Objetivo Específico

O Objetivo foi concluído em 2012. Não há execução prevista para este período.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
1. Elaborar o Plano de Manejo para APA do São Bartolomeu	Os Produtos foram desenvolvidos / concluídos e entregues. O desenvolvimento desse trabalho contribuiu para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de gestão territorial do DF, proporcionando maior rapidez nas consultas e na elaboração de pareceres técnicos, por meio de uma ferramenta de fundamental importância para o monitoramento da ocupação do solo e do controle urbanístico.
2. Elaborar o Projeto Executivo do novo aterro sanitário do DF	Os serviços foram executados conforme o Contrato nº 027/2011, tendo observado os padrões de qualidade exigidos na realização dos produtos/relatórios solicitados, além de terem atendido as expectativas da ADASA. Na análise dos produtos, o Executor teve a participação de grupo de apoio interinstitucional: representantes da ADASA, NOVACAP, SEMARH, SEGOV e Casa Civil/GDF e apoio de técnico da própria UGP.
3. Avaliar os indicadores do Programa para a Vila Estrutural e Monjolo	A avaliação de indicadores desta meta visou: Retratar quantitativamente e analisar qualitativamente a situação socioeconômica atual dos moradores da Vila Estrutural, bem como a situação dos indicadores de saneamento e acesso a equipamentos comunitários e das famílias reassentadas; Indicar a significância estatística de eventuais melhorias observadas nos indicadores após a intervenção física, para os moradores citados e para o grupo reassentado; Comparar as estimativas para os indicadores em cada grupo; Levantar a satisfação dos participantes quanto às melhorias implantadas.
4. Realizar pequenos reparos nas casas do Núcleo Monjolo	A execução dos serviços corroborou o compromisso do Programa Brasília Sustentável com a qualidade das unidades habitacionais visando a melhoria da qualidade de vida dos reassentados. Como resultados positivos identificou-se um maior envolvimento e comprometimento dos reassentados quanto à necessária motivação para produção de gêneros alimentícios naquela área rural.
5. Aperfeiçoar a sistematização dos procedimentos relativos à gestão ambiental do IBRAM	A meta envolveu a realização de treinamento de servidores do órgão para capacitá-los nas novas funcionalidades e procedimentos criados. Apresentação, por intermédio de análises e modelos em funcionamento em outras unidades da Federação, de insumos necessários à implantação de uma central de atendimento funcional e eficiente e a capacitação e orientação técnica de colaboradores para a nova central de atendimento do IBRAM. Implantação de estrutura de

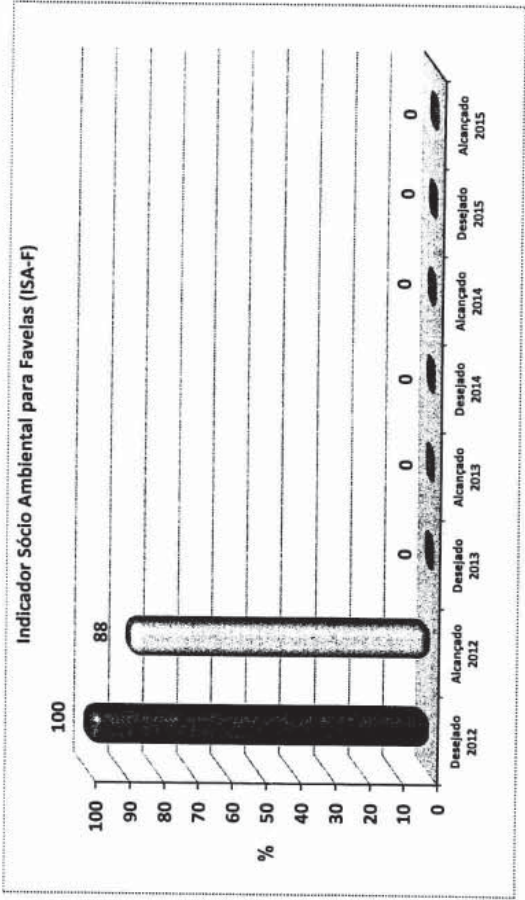
Metas previstas no PPA até 2015		Metas Alcançadas até 2013			
		digitadores e equipamentos de digitalização que permita a realização do tratamento de todos os documentos, estimados em 3.500 processos administrativos.			
6.	Construir 01 Centro de Triagem de Resíduos Sólidos na Vila Estrutural	A licitação relativa a esta meta foi cancelada ainda na fase preliminar, sendo assim não houve uma data de abertura (as propostas a que se refere são as da formação do projeto básico). Outra situação é que quando ocorreu este episódio, houve mudanças no projeto e não houve tempo hábil para o lançamento do edital. Licitação cancelada por falta de renovação da validade das propostas por parte das empresas.			

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:											
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
775	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (SA-F)	%	75%	31/12/10	Anual	Desejado Alcançado	2012	2013	2014	2015	PAD/BIRD/ ADASA
							100	-	-	-	-
							88	-	-	-	-

Justificativa – 2013

Indicador -775 Objetivo já concluído em 2012. Não há execução prevista para este período.



Objetivo Específico: 002 - Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

2.1.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Análise do Objetivo Específico

Em 2012, ocorreu a elaboração de documentos preparatórios para a busca de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visando a implementação do Programa Brasília Sustentável II (Carta Consulta, Perfil do Projeto, detalhamento dos componentes e avaliações econômica, ambiental e social necessárias) no valor de US\$ 150 milhões.

Em 2013, ocorreu a licitação para a preparação do Programa Brasília Sustentável II, contratação esta que envolve a entrega de 11 (onze) produtos, cuja execução teve início o mês de setembro. Foram realizadas 03 (três) medições pela empresa especializada contratada.

Em função de atrasos em relação à contratação do Empréstimo relativo ao Programa Brasília Sustentável II junto ao órgão financiador, a maioria das ações não pôde ser realizada e ficará para os próximos exercícios, sendo que apenas a ação que envolve a preparação do Programa teve execução em 2013.

Esta ação está sendo custeada pelo GDF (Fonte 100) e tem papel importante em relação ao cumprimento dos objetivos do Programa e seus resultados para a sociedade. Dentre os resultados, destaca-se a implementação de ações de suporte à promoção do desenvolvimento sustentável no Distrito Federal e região do Entorno.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015		Metas Alcançadas até 2013
1. Implementar ações de Urbanização (obras de infraestrutura urbana) em pelo menos 80% da área do Condomínio Pôr-do-Sol e complementar as da Vila Estrutural		Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
2. Implantar a Unidade de Gerenciamento do Programa Brasília Sustentável II (UGP/ADASA)		Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa. Esta meta foi cumprida relativamente ao ano de 2013.
3. Implantar o Novo Aterro Sanitário do DF		Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
4. Encerrar as atividades do Aterro do Jóquei e realizar a recuperação ambiental da área		Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
5. Implementar ações de reforço institucional junto às		Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
Entidades coexecutoras envolvidas na execução do Programa	liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
6. Criação do Parque Urbano da Vila Estrutural	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
7. Construção de no mínimo 03 Centros de Triagem de Resíduos Sólidos	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
8. Construção de no mínimo 250 unidades habitacionais no Condomínio Pôr-do-Sol para reassentamento de famílias localizadas, atualmente, em áreas de risco ou frente de obras	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

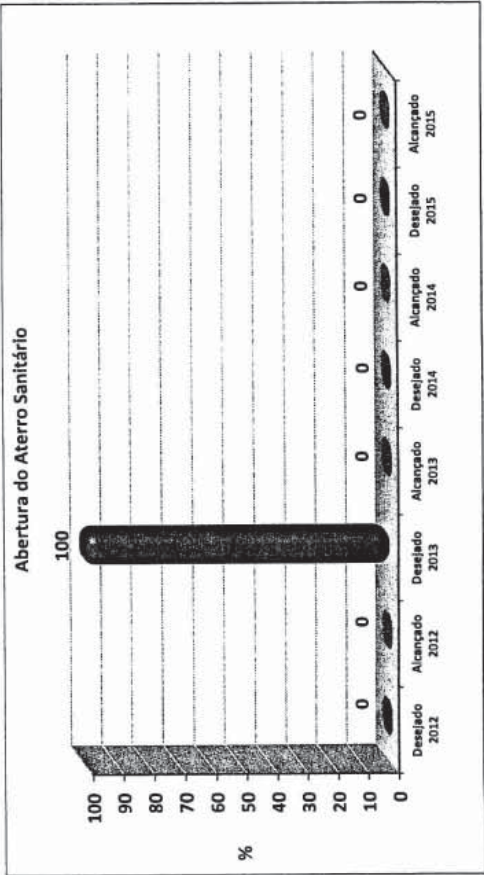
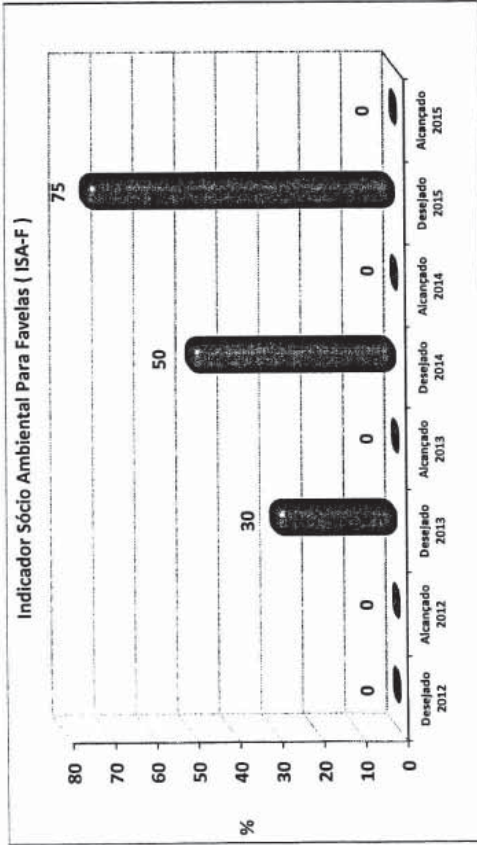
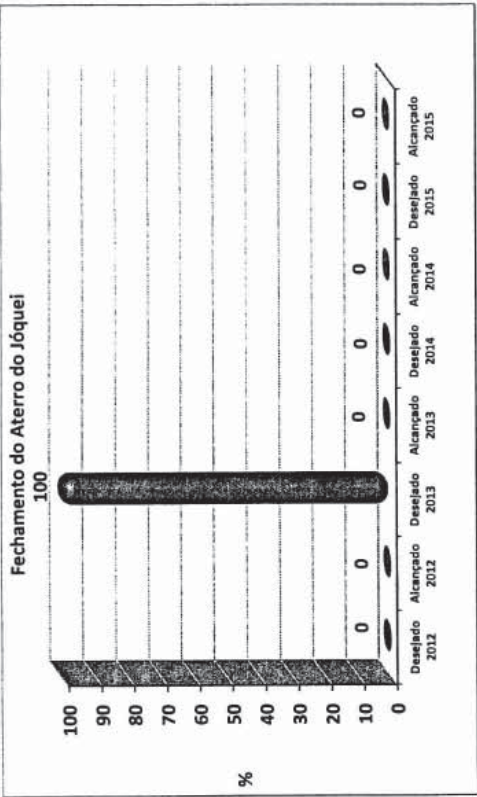
	Unidade de Medida	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em			Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015
1120	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	Desejado Alcançado	-	30	50	75
1121	Fechamento do Aterro do Jóquei	%	-	-	Anual	Desejado Alcançado	-	100	-	-
1122	Abertura do Aterro Sanitário	%	-	-	Anual	Desejado Alcançado	-	100	-	-

Justificativa – 2013

Indicador - 1120 Em função de atrasos na contratação do empréstimo internacional, junto ao órgão financiador - BID, não foi possível iniciar a execução deste Objetivo em 2013, como previsto. Apenas a fase de preparação, que está sendo paga pelo próprio GDF, foi iniciada no 4º trimestre de 2013.

Indicador - 1121 Em função de atrasos na contratação do empréstimo internacional, junto ao órgão financiador - BID, não foi possível iniciar a execução deste Objetivo em 2013, como previsto. Apenas a fase de preparação, que está sendo paga pelo próprio GDF, foi iniciada no 4º trimestre de 2013.

Indicador - 1122 Em função de atrasos na contratação do empréstimo internacional, junto ao órgão financiador - BID, não foi possível iniciar a execução deste Objetivo em 2013, como previsto. Apenas a fase de preparação, que está sendo paga pelo próprio GDF, foi iniciada no 4º trimestre de 2013.



PROGRAMA TEMÁTICO: 1350 – PROGRAMA DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL – ÁGUAS DO DF.

OBJETIVO GERAL: Atuar na proteção dos recursos hídricos e promover a melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de locais do Distrito Federal.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

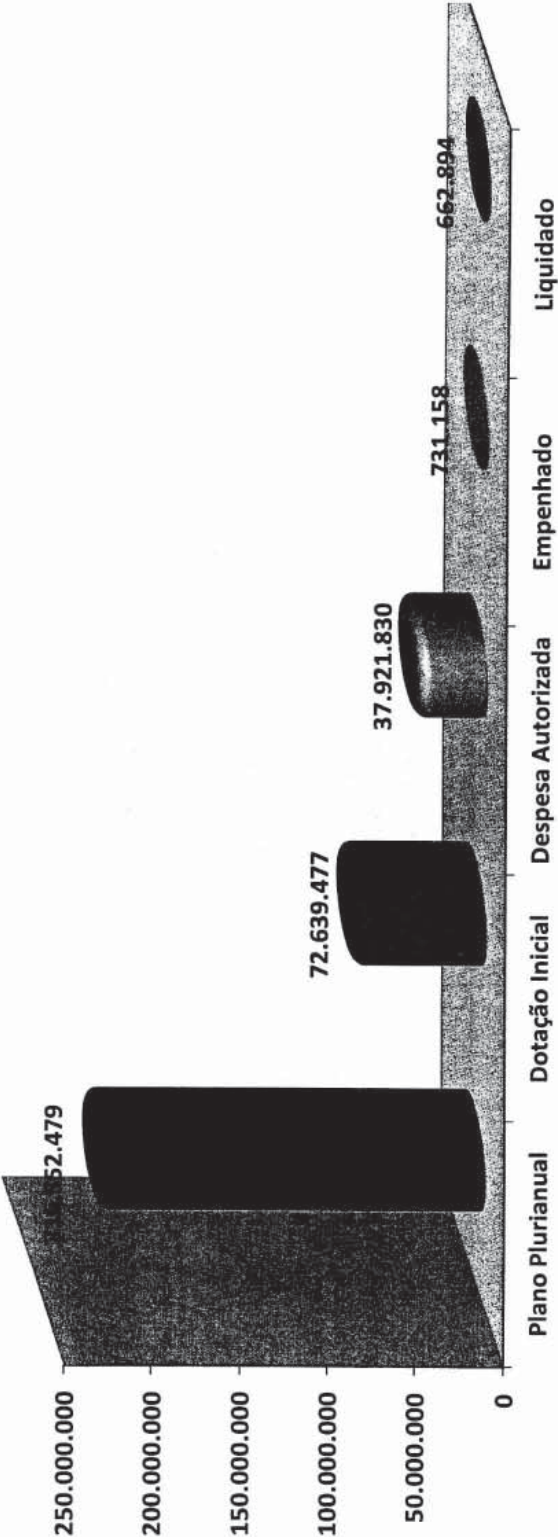
O programa temático é composto de 01 Objetivo Específico, conforme segue abaixo:

Objetivo Específico	
001 - Atuar na proteção dos recursos hídricos e promover a melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de locais do Distrito Federal.	Unidade Responsável 21.206

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp./PPA % (D) / (A) * 100
3019 - Fortalecimento Institucional do Programa Águas do DF	931.698	3.470.067	1.688.077	0	0	0
3020 - Implantação do Sistema de Gerenciamento, Monitoria e Avaliação do Programa Águas do DF	1.284.109	2.528.427	1.553.791	731.158	662.894	57
3021 - Reestruturação de Sistemas de Drenagem Pluvial e Obras Complementares do Programa Águas do DF	205.343.520	45.614.006	24.132.957	0	0	0
3022 - Recuperação Ambiental - Programa Águas do DF	8.993.152	21.026.977	10.547.005	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 1350	216.552.479	72.639.477	37.921.830	731.158	662.894	0

1350 - Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal - ÁGUAS DO DF



Objetivo Específico: 001 - Atuar na proteção dos recursos hídricos e promover a melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de locais do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DF - SO

Análise do Objetivo Específico

O Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal foi concebido para minimizar os efeitos antrópicos decorrentes do crescimento populacional não planejado de áreas urbanas, mediante a melhoria do planejamento e da gestão de recursos hídricos, e, em especial, a reestruturação do sistema de drenagem cujas dimensões significam riscos à infraestrutura e às moradias das populações vizinhas, além de riscos de degradação ambiental irreversíveis.

Durante o ano de 2013, foi prestado o suporte técnico necessário às respostas aos diversos questionamentos do TCDF e do TJDF, com vistas à continuidade das Concorrências públicas para contratação das obras de drenagem no Plano Piloto e Taguatinga, no montante de R\$ 301,5 milhões. O resultado da 1ª Fase da Pré-Qualificação das empresas ocorreu em 01 de fevereiro de 2013, a publicação do edital da 2ª Fase ocorreu em 10 de maio de 2013 e em seguida a licitação foi interrompida pelo TJDF e TCDF, com subsequente adiamento sem previsão de prosseguimento.

Entretanto, apesar dos esforços da Secretaria de Estado de Obras para a contratação de diversas ações do Programa Águas do DF na busca pelo cumprimento das metas previstas, problemas que impediram a gestão desta Pasta, impediram seu êxito. Os resultados deste Programa não puderam ser alcançados devido a sucessivas interrupções dos procedimentos licitatórios para a contratação das obras de drenagem.

O programa era parcialmente financiado pela Corporação Andina de Fomento - CAF, atualmente denominada Banco de Desenvolvimento da América Latina, por meio do contrato de empréstimo firmado com o Distrito Federal em 08 de outubro de 2009. Considerando a situação em que se encontrava o andamento de cada ação deste Programa, o Governo do Distrito Federal solicitou, em 16 de agosto de 2013, prorrogação do prazo de desembolso do Contrato de Empréstimo por um período de três anos. Em resposta à solicitação, a CAF decidiu pela não prorrogação desse prazo e o contrato de financiamento expirou em outubro de 2013.

Atualmente o custo do Programa está restrito a ação de drenagem pluvial, a qual está vinculada os valores previstos em licitações que estão na praça, no valor total de R\$ 312.317.994,07 (trezentos e doze milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e noventa e quatro reais e sete centavos). A expectativa é da previsão de início das obras em 2015, que beneficiará ao final uma população estimada em 214.000 habitantes.

Diante do exposto é prevista a não extensão deste programa para os próximos exercícios, bem como a inclusão da ação orçamentária 3021 – Reestruturação de sistemas de drenagem pluvial e obras complementares do programa águas do DF, e de seus dois subitulos 0001 - no Plano Piloto e 0002 - em Taguatinga, no Objetivo Específico 6 do Programa 6208 – Desenvolvimento Urbano, por ser com este compatível e contribuir com seu desenvolvimento. Quanto as Ações 3019 – Fortalecimento institucional do programa águas do DF e 3022 – Recuperação ambiental - Programa águas do DF, vinculadas ao Programa 1350 no PPA 2012/2015, serão revistas para integrar outros programas do PPA. Finalmente, a Ação 3020 – Implantação do sistema de gerenciamento, monitoria e avaliação do programa águas do DF terá sua conclusão no exercício 2014.

Metas 2012-2015:

Em 2012 não houve realização prevista para o Programa 1350 que permitisse a obtenção dos índices de seus indicadores, devido a (i) sucessivas interrupções dos procedimentos licitatórios para a contratação das obras de drenagem, (ii) necessidade de atendimento e adequação às recomendações do TCDF e (iii) dificuldades quanto à liberação ambiental, por parte de outros Órgãos, com relação às obras de recuperação das áreas degradadas.

Destacamos, quanto ao indicador 781 que, em 2012, foram realizadas adequações dos Planos de Recuperação das Erosões para atender as exigências dos órgãos ambientais e a licitação de parte das obras aguarda a liberação final por parte do IBRAM. Quanto ao indicador 782, em 2012, foram abertas as licitações de Pré-Qualificação Internacional nº 01/2012 e nº 02/2012. Esta Pasta solicitou a reprogramação do cronograma para o exercício de 2013.

Baseado no contexto das licitações, para o exercício de 2013 não foi estipulada meta a ser alcançada. Neste período, foi dada continuidade aos trabalhos para adequação de procedimentos licitatórios e respostas às ações impetradas por empresas junto ao TJDF, bem como realizados procedimentos para atender as recomendações do TCDF, e realizados procedimentos para liberação ambiental com relação às obras de recuperação das áreas degradadas. Cabe destacar, quanto ao indicador 782 que, no primeiro trimestre de 2013, foi concluída a 1ª Etapa, referente à seleção das empresas e publicado o Edital da 2ª Etapa, sendo a licitação adiada "Sine Die" em 18/06/2013, para atender as recomendações do TCDF e do TJDF.

Metas previstas no PPA até 2015		Metas alcançadas até 2013
1. Recuperação de Erosões – Área estimada em 39.810m² para o período 2012-2015		0
2. Execução de Rede de Águas Pluviais – Comprimento de redes estimado em 135.881m para o período 2012-2015		0

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

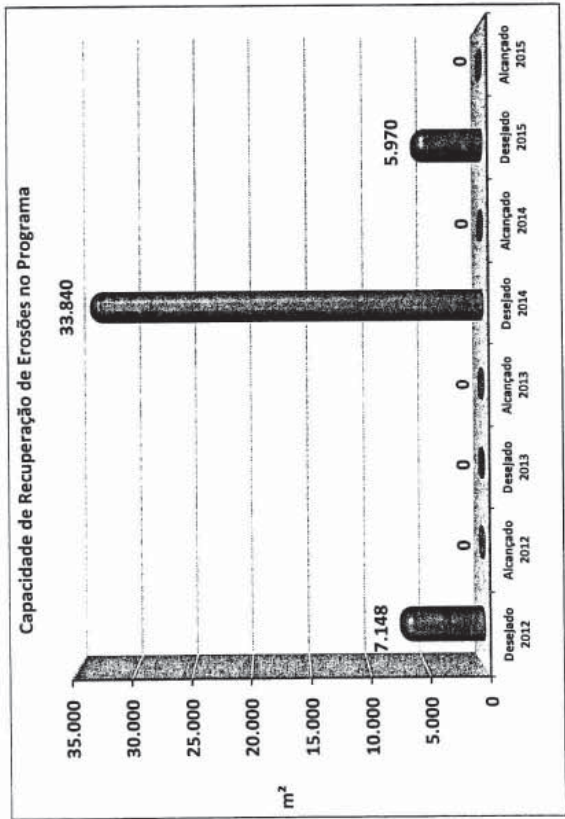
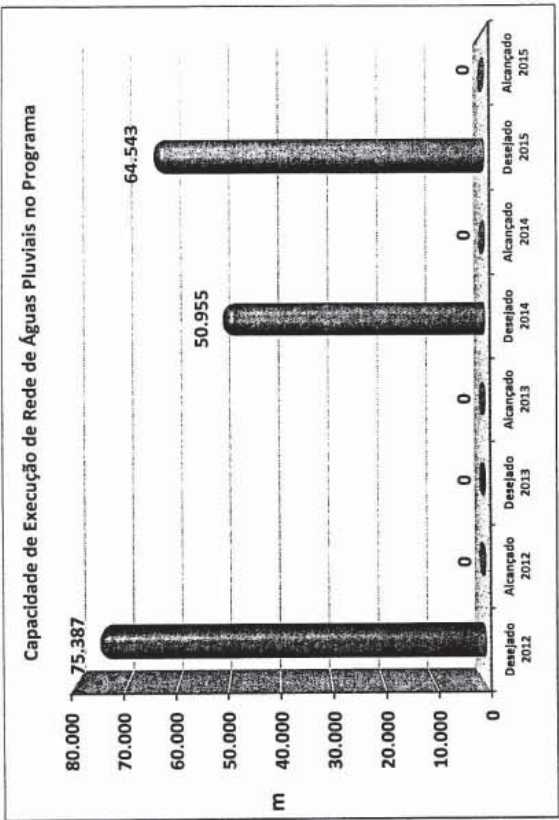
Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
781 Capacidade de Recuperação de Erosões no Programa	M²	-	-	Anual	Desejado Alcançado	7.148 0	- -	33.840 -	5.970 -	Secretaria de Obras
782 Capacidade de Execução de Rede de Águas Pluviais no Programa	M	-	-	Anual	Desejado Alcançado	75.387 0	- -	50.955 -	64.543 -	Secretaria de Obras

Justificativa – 2013

Indicador - 781 Execução não programada para 2013.

Indicador - 782 Execução não programada para 2013.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO GERAL: Promover a agricultura e o desenvolvimento rural sustentáveis, propiciando o aumento da cadeia produtiva, melhorias para o setor agropecuário, através da assistência técnica e extensão rural e ações de defesa e inspeção sanitária agropecuária, garantia do abastecimento de alimentos agropecuários a fim de gerar renda, oportunidades e a segurança alimentar e nutricional da população do DF e Entorno.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF;
- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 6 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

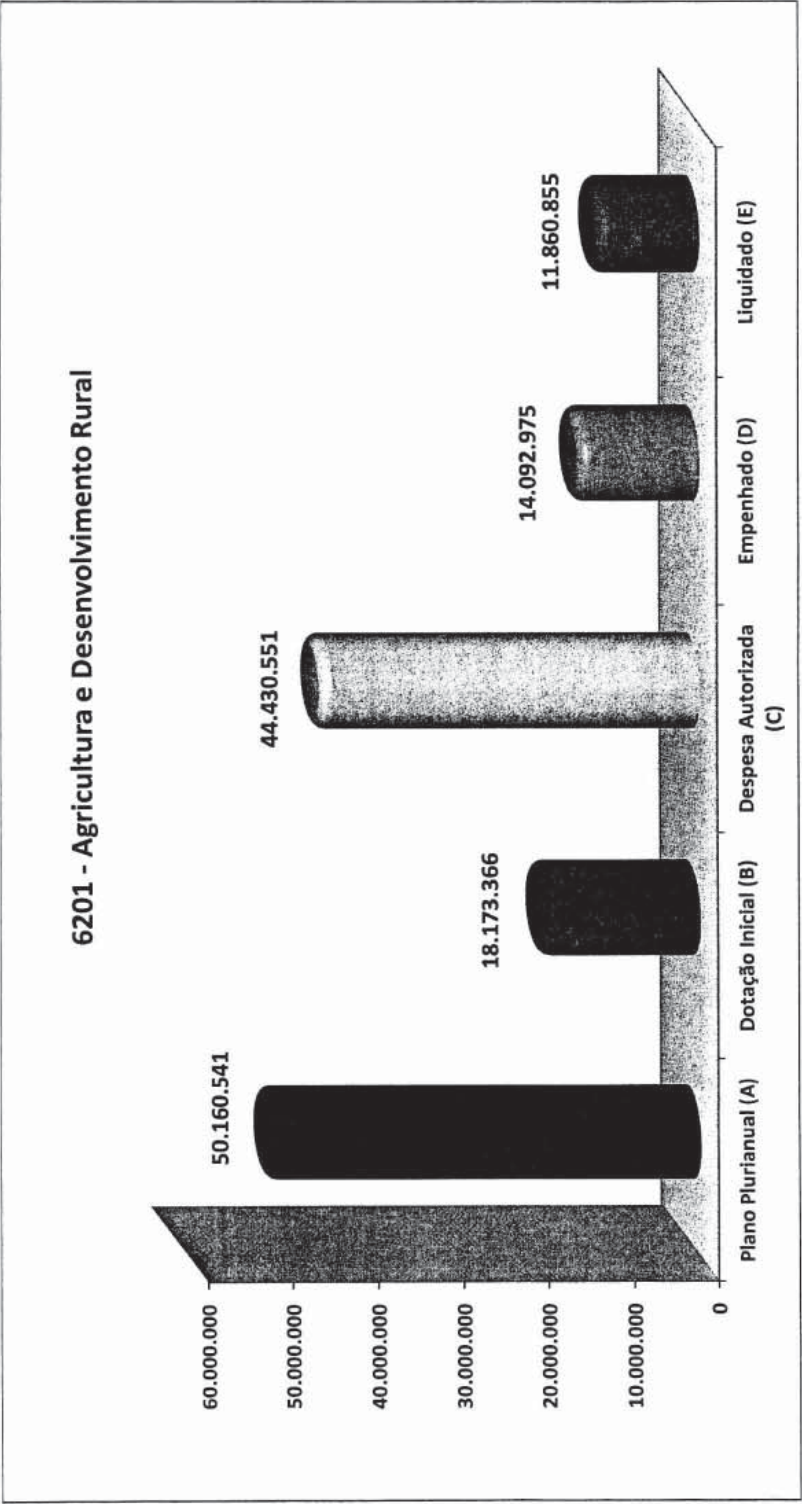
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Fomentar a geração de renda no campo com o apoio à agricultura familiar e a promoção da inclusão social e produtiva da população, promovendo a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e famílias do Distrito Federal e RIDE.	14.101/ 14.203
002 - Desenvolver a gestão ambiental e sustentabilidade rural, por meio da adoção de práticas agro ecológicas, preservacionistas e ambientalmente sustentáveis.	14.101/ 14.203
003 - Desenvolver as cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, capacitação, fomento às inovações tecnológicas e organização das cadeias produtivas.	14.101/ 14.203
004 - Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.	14.101
005 - Recuperação dos canais de água para irrigação, recuperação e manutenção da malha viária vicinal, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, construção de galpões de produtores rurais, para comercialização dos produtos dos produtores e construção de viveiros para produção de mudas.	14.101
006 - Promover a melhoria do abastecimento de produtos hortifrutícolas com a ampliação da segurança alimentar e nutricional para a população do Distrito Federal e Entorno.	14.202

Execução Orçamentária e Financeira do Programa – 2013 PPA X LOA

Ação	Plano Plurianual (A)	Lei Orçamentária Anual - LOA				Liquidação (E)	Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
		Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)				
1077 - Construção de Centro de Capacitação	682.500	800.000	2.924.279	0	0	0	0	0
1140 - (EP) Construção de Curral Comunitário	250.000	0	0	0	0	0	0	0
1715 - Implantação de Centro de Referência em Piscicultura	2.501.690	0	3.003.837	0	0	0	0	0
2173 - Desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural	1.054.474	784.003	3.677.503	1.114.355	1.098.071	106	104	104
2401 - Desenvolvimento da Agroecologia e da Agricultura Orgânica	337.873	270.000	145.000	70.736	54.481	21	16	16
2770 - Fomento à Produção Vegetal	550.000	200.000	6.621	6.620	6.620	1	1	1
2771 - Fomento à Produção Animal	300.000	100.000	21.096	21.096	21.096	7	7	7
2772 - Fomento à Defesa Sanitária Vegetal e Animal	600.000	742.363	2.300.919	929.163	864.323	155	144	144
2780 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal e Animal	300.000	150.000	48.412	46.847	46.847	16	16	16
2885 - Manutenção de Máquinas e Equipamentos	15.000	0	15.000	0	0	0	0	0
2889 - Apoio à Agricultura Familiar	454.920	1.960.000	1.305.510	882.833	878.475	194	193	193
3043 - Reabilitação e Manutenção Ambiental	300.000	1.450.000	2.175.034	1.160.250	0	387	0	0
3100 - Construção de Centro de Comercialização	250.000	150.000	355.356	244.199	128.383	98	51	51
3120 - Construção de Unidades Descentralizadas da CEASA	2.200.000	3.500.000	2.000.000	0	0	0	0	0
3191 - Melhoria das Estruturas Físicas	500.000	2.000.000	2.000.000	0	1.365	0	0	0
3245 - Implantação de Parque de Exposições Agropecuárias	335.000	2.000	0	0	0	0	0	0
3467 - Aquisição de Equipamentos	1.055.871	50.000	9.774.392	975.242	975.242	92	92	92
3534 - Construção de Galpão	250.000	0	250.000	0	0	0	0	0
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	125.000	0	125.000	0	0	0	0	0
4046 - Desenvolvimento da Gestão de Empreendimentos Rurais	521.968	350.000	20.000	20.000	20.000	4	4	4
4090 - Apoio a Eventos	1.098.857	590.000	237.259	237.248	237.248	22	22	22
4107 - Assistência Técnica e Inovação de Tecnologia Agropecuária	1.223.857	285.000	234.842	234.841	166.801	19	14	14
4108 - Análise Laboratorial de Produtos Agropecuários	300.000	120.000	0	0	0	0	0	0
4111 - Promoção da Inclusão Social e Produtiva da População Rural	296.572	340.000	240.000	230.290	224.804	78	76	76
4114 - Desenvolvimento da Organização e Gestão Social	65.905	115.000	49.432	48.593	48.593	74	74	74
4115 - Apoio às Compras Diretas da Produção Agropecuária	24.803.000	50.000	2.794.620	1.601.257	1.601.257	6	6	6
4116 - Desenvolvimento da Gestão Ambiental	76.889	20.000	20.000	14.719	14.719	19	19	19

Ação	Plano Plurianual (A)	Lei Orçamentária Anual - LOA					Liq./PPA % (E) / (A) * 100
		Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp./PPA % (D) / (A) * 100	
4117 - Manutenção e Funcionamento dos Conselhos Rurais e do Território de Cidadania	100.000	50.000	0	0	0	0	0
4119 - Manutenção da Infraestrutura do Setor Agropecuário	5.850.000	950.000	1.438.380	1.255.377	508.546	21	9
4120 - Execução de Serviços Motomecanizados	1.000.000	300.000	50.500	50.420	15.095	5	2
4131 - Implementação de Políticas Públicas de Compras Institucionais	21.968	15.000	15.000	5.000	5.000	23	23
9089 - Garantia de Aval aos Produtores Rurais	99.066	540.000	1.293.026	0	0	0	0
9109 - Apoio Financeiro aos Produtores Rurais	2.530.290	2.240.000	7.859.533	4.898.314	4.898.314	194	194
9110 - Ressarcimento a Produtores Rurais	109.841	50.000	50.000	45.575	45.575	41	41
TOTAL DO PROGRAMA 6201	50.160.541	18.173.366	44.430.551	14.092.975	11.860.855	28	24

(1) Na coluna "D" constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
(2) Na coluna "E" constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.



Objetivo Específico: 001 - Fomentar a geração de renda no campo com o apoio à agricultura familiar e a promoção da inclusão social e produtiva da população, promovendo a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e famílias do Distrito Federal e RIDE.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

14.203 – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER

Análise do Objetivo Específico

Esse objetivo busca:

- Apoiar as iniciativas das organizações dos produtores, promovendo a inclusão produtiva e social da população, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e agricultores familiares, no meio rural do Distrito Federal e Região do Entorno;
- Estruturar os canais de comercialização de produtos e serviços, apoiando o desenvolvimento rural integrado, o associativismo e o cooperativismo;
- Melhorar a qualidade de vida da população rural, ampliando seu acesso aos serviços e equipamentos públicos;
- Fomentar as atividades rurais com acesso ao crédito, abastecimento e comercialização.

Com o objetivo de proporcionar segurança ao pequeno agricultor, garantir mercado para os seus produtos, gerar empregos no campo e renda para a família, foi criado o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, instituído pela Lei nº 4.752, de 07 de fevereiro de 2012 e regulamentado pelo Decreto nº 33.642, de 02 de maio de 2012, que viabiliza a compra direta pelo GDF de alimentos e produtos artesanais de pequenos produtores rurais e organizações sociais do setor agrícola.

Em 2013, o apoio às compras diretas da produção agropecuária sucedeu por meio da aquisição 573,13 toneladas de produtos adquiridos, 742 agricultores beneficiados e 159 associações atendidas. E apoiando o Projeto DF sem Miséria, ação que integra o PAPA/DF, foi realizada a distribuição gratuita de fertilizantes minerais e sementes de milho e feijão para 977 agricultores de base familiar do Distrito Federal, como fomento à produção rural de subsistência e promoção da segurança alimentar.

No exercício de 2013, foi concedido aval para 40 produtores rurais, proporcionando a realização de R\$ 3.550.753,34, em negócios agropecuários para aquisição de caminhões, tratores, grades aradoras, plainas agrícolas, matrizes bovinas de aptidão leiteira e outros.

Na modalidade FDR-Crédito, foi previsto, inicialmente, atender 40 projetos agropecuários, num montante de R\$ 2.669.877,00. Com o aumento da demanda, foram aprovados e liberados 55 projetos, no montante de R\$ 4.846.429,09 no exercício de 2013. Também foram liberados R\$ 261.779,00 para pagamento de 3 projetos empenhados e liquidados no exercício de 2012, totalizando 58 projetos no valor de R\$ 5.108.208,09.

As ações realizadas para o alcance do objetivo contaram com a capacitação de 10.322 pessoas, com temas voltados principalmente para a Segurança Alimentar, Saúde, Organização e Gestão Social, Cidadania, Benefícios Sociais e Atividades não agrícolas.

Foi feito regularmente o apoio para garantir a produção de um alimento seguro e de qualidade, com assistência técnica para implantação das Boas Práticas de Fabricação e melhoria da gestão do empreendimento rural. Esse trabalho foi determinante para viabilizar o registro de 08 unidades de Processamento Artesanal de Alimentos para agricultores familiares.